



PROGRAMA TOCANTINS MAIS SUSTENTÁVEL
BR-L1659

PLANO DE PARTICIPAÇÃO DE PARTES INTERESSADAS - PPPI

COMPONENTE 4 – Melhoria da qualidade das rodovias estaduais estratégicas, fortalecimento da conectividade entre centros produtivos e polos comerciais

VERSÃO PRELIMINAR

Tocantins
Mai de 2026

Este Plano de Participação de Partes Interessadas foi desenvolvido conforme Contrato de Consultoria entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o **Consultor Rogério Peter** no âmbito do PROGRAMA TOCANTINS MAIS SUSTENTÁVEL, em preparação de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Permitida a reprodução total ou parcial deste documento, desde que citada a fonte.



CRÉDITOS

BID – BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS

Consultor

Rogério Peter



SUMÁRIO

1. Introdução.....	4
2. Descrição do PROGRAMA	4
3. Objetivos e Princípios do Plano de engajamento e Participação de Partes Interessadas	21
3.1. Objetivo Geral.....	21
3.2. Objetivos Específicos	21
3.3. Princípios Orientadores	22
4. Identificação das Questões Prioritárias	22
5. Identificação dos atores e partes interessadas	23
5.1. Definições Preliminares	23
5.2. Metodologia de análise	24
5.2.1. Dimensões de análise	24
5.3. Matriz de Análise das Partes Interessadas	25
5.3.1. Matriz de Análise de Partes Interessadas.....	26
6. Organização das Consultas Significativas da Fase de Preparação do PROGRAMA 1	
7. Atividades do Processo de Consultas Significativas da fase de Preparação do PROGRAMA.....	3
7.1. Resumo sobre os recursos e estrutura das modalidades de Consulta.....	4
7.2. Roteiro das Consultas	11
7.3. Registro das Consultas.....	11
8. Atenção Às Questões De Gênero e Grupos Vulneráveis	12
9. Recursos Alocados Previstos	13
9.1. Difusão, Chamamento e Mobilização Social.....	13
10. Mecanismo de Gestão de Queixas e Divulgação de Informações para as Consultas Significativas na Fase de Preparação do PROGRAMA.....	14
10.1. Canais de relacionamento, comunicação e atendimento na fase de Consultas Significativas da etapa de preparação do PROGRMA.....	16
11. ANEXOS	19
11.1. ANEXO 1 – Matriz De Partes Interessadas	20



1. INTRODUÇÃO

O processo de engajamento de partes interessadas é um instrumento utilizado como elo entre os atores sociais, com a intenção de conjugar interesses da sociedade e do poder público, promovendo a sustentabilidade do negócio. Durante este processo propostas e críticas podem ser apresentadas, depoimentos podem ser colhidos, dúvidas podem ser esclarecidas. É ideal para ouvir as pessoas diretamente afetadas pelo tema em questão, bem como colher indicação de alternativas para solucionar eventuais conflitos, conforme a normativa nacional e estadual e da Política Ambiental e Social do BID, conforme expresso no Padrão de Desempenho Ambiental e Social - PDAS 10: Engajamento das partes interessadas e divulgação de informações.

Neste contexto se insere a proposta de construir um canal de comunicação com público diretamente ou indiretamente afetado pelo **PROGRAMA TOCANTINS MAIS SUSTENTÁVEL – BR-L1649 (PROGRAMA)**, mais especificamente para as intervenções propostas nos projetos relacionados ao setor de transporte (Componente 4 – Melhoria da qualidade das rodovias estaduais estratégicas, fortalecimento da conectividade entre centros produtivos e polos comerciais).

2. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

A seguir é apresentada a descrição do Programa.

2.1. Justificativa

O Tocantins, com uma população de quase 1,6 milhão de habitantes distribuída em 139 municípios, destaca-se pelo crescimento populacional superior à média nacional e pela predominância urbana. Sua diversidade étnica e cultural é um diferencial, com 60% da população se identificando como parda ou preta. O estado também se beneficia de uma geografia marcada por biomas ricos como Amazônia e Cerrado, oferecendo grande potencial hídrico e turístico.

Nos últimos anos, o Tocantins registrou bom desempenho socioeconômico, com um PIB de R\$ 51,8 bilhões em 2021 e projeção de crescimento de 11,4% para 2023. A taxa de desocupação caiu para 5,8%, e o IDH aumentou para 0,731. A pobreza extrema reduziu-se para 4,9%, a menor das regiões Norte e Nordeste. Entretanto, ainda há desafios como renda domiciliar inferior à média nacional, alta informalidade e níveis de pobreza que atingem 34% da população (IBGE, 2022).

Para alcançar desenvolvimento sustentável, o Tocantins deve diversificar sua economia, aproveitando os potenciais do turismo, agropecuária e atração de investimentos. É fundamental integrar o estado aos fluxos de comércio nacional e internacional, preservando biomas frágeis e incluindo as comunidades no processo econômico. O programa proposto busca promover crescimento equilibrado e inclusivo, explorando de maneira sustentável as potencialidades turísticas e agropecuárias.

A malha rodoviária do Tocantins desempenha papel fundamental na conectividade do estado, ligando regiões produtivas aos grandes eixos logísticos Norte-Sul que conectam o estado com o país. No entanto, problemas estruturais e funcionais persistem. Segundo a CNT Rodovias 2022, 31% das rodovias avaliadas no estado apresentavam condições ruins ou péssimas.

O tráfego intenso nos corredores trecho Colinas/Palmeirante, Taquaralto/Taquaruçu, devido ao escoamento da produção agrícola e ao tráfego dos polos de turismo na região, agrava os níveis de serviço das rodovias, e limita o desenvolvimento tanto para diversas cadeias produtivas relacionadas com a agricultura empresarial e familiar do Estado, quanto para o turismo; a localização desses corredores é muito relevante para o estado pelas suas ligações com os eixos logísticos norte-sul.

A Pesquisa Rodoviária da Confederação Nacional do Transporte (2025)¹ mostra que 21,5% das estradas de Tocantins foram classificadas como deficientes e 6,5% como muito deficientes, refletindo deficiências no pavimento, sinalização e serviços. O congestionamento em trechos chave como Colinas–Palmeirante, Araguaína–Novo Horizonte e Taquaralto–Taquaruçu aumenta ainda mais os tempos de viagem, custos e riscos de acidentes de trânsito. O turismo na Ilha do Bananal e nas Serras Gerais continua subutilizado devido à governança frágil e à falta de estratégias de promoção. Isso se traduz em uma oferta turística limitada e de baixa qualidade, com infraestrutura e serviços precários, problemas de acesso e sinalização, e pouco apoio às comunidades locais. Os produtos turísticos são de pequena escala, o que reduz os benefícios socioeconômicos e de conservação ambiental. Os indicadores de demanda refletem essa diferença: no Google Trends², Ilha do Bananal e Serras Gerais registram 3 e 1 ponto, respectivamente, contra 26 pontos para Jalapão.

2.2. Objetivos

O objetivo geral do Programa de Desenvolvimento Econômico Sustentável de Tocantins é fortalecer o desenvolvimento produtivo do Estado de Tocantins, com foco nas MPMEs. Os objetivos específicos do PROGRAMA são:

- (i) fortalecer as capacidades institucionais para atrair investimentos e promover o comércio com foco nas MPMEs;
- (ii) Promover a adoção e inovação tecnológica das empresas de Tocantins, com foco nas MPMEs; e
- (iii) melhorar a qualidade da infraestrutura logística e turística para fortalecer os setores estratégicos de Tocantins.

2.3. Área de Abrangência

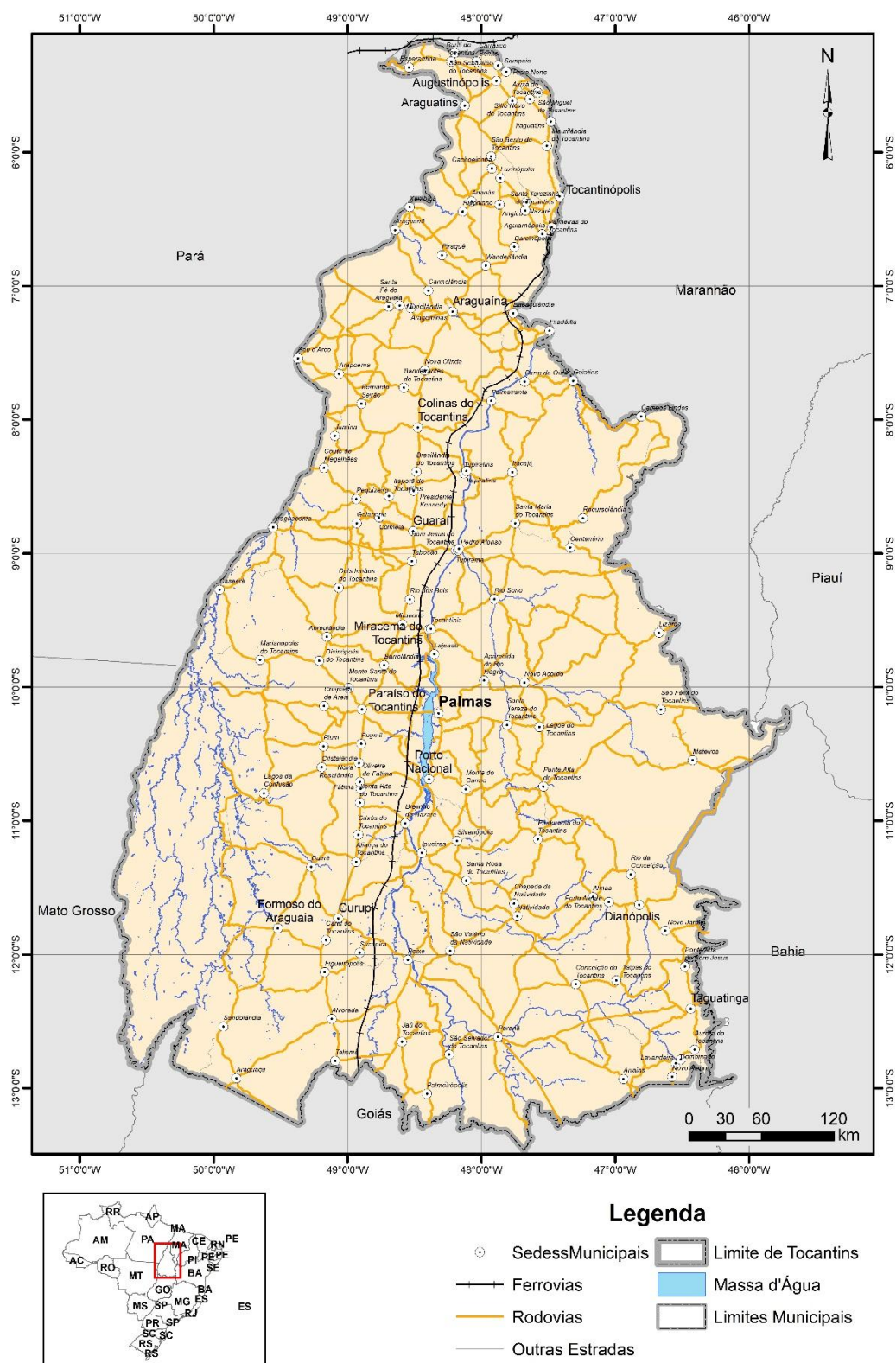
O PROGRAMA TOCANTINS MAIS SUSTENTÁVEL terá interface em todo o território do estado, podendo ser eleitos trechos rodoviários existentes para serem contemplados pelos benefícios do PROGRAMA em regiões estratégicas para o desenvolvimento econômico do estado.

O mapa da figura a seguir ilustra a malha ferroviária do estado do Tocantins, na qual poderá receber benefícios do PROGRAMA.

¹ Pesquisa CNT Rodovias 2025: <https://cnt.org.br/documento/7df4efbc-4c55-44f9-b81e-9b8d4016f90e>.

² [Google](#) Trends, 2025.

Figura 1 – Abrangência do Programa: Estado do Tocantins (Todos os Componentes)



Fonte: Governo do Estado do Tocantins / Ageto, 2025



2.4. Orçamento

A Operação de Crédito está prevista para ser implementada ao longo de 5 anos, com investimento previsto de US\$ 125 milhões, sendo US\$ 100 milhões financiados pelo BID e US\$ 25 milhões de contrapartida financeira.

2.5. Descrição dos Componentes

As soluções propostas para melhorar o desempenho econômico do estado são:

- (i) Aumentar as oportunidades de internacionalização para as MPMEs;
- (ii) Melhorar a qualidade das rodovias estaduais estratégicas;
- (iii) Apoiar o desenvolvimento do turismo nas regiões da Ilha do Bananal e Serras Gerais; e
- (iv) Promover a adoção da tecnologia na agricultura de pequena e média escala. Beneficiários diretos incluem: uma estimativa preliminar de 26.000 pequenos e médios produtores agrícolas; as 146.000 empresas estatais (das quais 136.816 são MPMEs); suas 56 empresas exportadoras; 952 empresas de turismo e seus 6.537 funcionários; comunidades tradicionais; e as 513.000 pessoas que vivem na área de influência dos corredores de transporte, além de 15.000 usuários diários nos corredores de transporte intermediários.

Os beneficiários indiretos são os 1,6 milhão de habitantes do estado, que se beneficiarão de maior competitividade, criação de empregos e sustentabilidade ambiental.

A estrutura do PROGRAMA definida para atingir os objetivos definidos consolida-se em 4 Componentes além do Gerenciamento de Projetos, descritos a seguir.

Componente 1 - Promover a adoção de tecnologia na agricultura de pequena e média escala.

Esse componente financiará soluções tecnológicas para aumentar a produtividade, resiliência e conformidade ambiental dos pequenos e médios produtores. As intervenções incluem a restauração de terras degradadas, vegetação nativa e pastagens por meio de sistemas integrados; apoio à horticultura com tecnologias de irrigação, energias renováveis e estufas; e a melhoria da produtividade do gado por meio de ferramentas de melhoria genética e eficiência alimentar. Da mesma forma, a rastreabilidade digital será expandida para garantir o acesso a mercados, plataformas de monitoramento e registros rurais serão modernizados para acelerar a regularização ambiental, e áreas permanentes de preservação serão restauradas nas bacias hidrográficas prioritárias, a fim de fortalecer os ciclos hidrológicos e a segurança hídrica.

Componente 2 - Apoiar o desenvolvimento do turismo nas regiões da Ilha do Bananal e Serras Gerais.

Este componente irá atender às lacunas turísticas na Ilha do Bananal e Serras Gerais, por meio de: (i) desenvolvimento de produtos e infraestrutura — estruturação de trilhas, criação de roteiros, construção de centros de visitantes e interpretação, e instalação de sinalização e equipamentos de suporte, com ênfase no turismo comunitário; (ii) governança, monitoramento e promoção — atualização dos instrumentos de planejamento, melhoria dos modelos de gestão das instalações turísticas, fortalecimento da Secretaria de Estado de Turismo, modernização do Observatório de



Turismo, realização de estudos de oferta e demanda e implementação de um plano de marketing direcionado; e (iii) capacitação — oferta de treinamentos, assistência técnica e certificação em turismo de natureza.

Componente 3 - Aumentar as oportunidades de internacionalização para pequenas e médias empresas.

Esse componente promoverá a internacionalização das empresas de Tocantins, especialmente das MPMEs, por meio do fortalecimento institucional. Será criada uma Agência Estatal para a Promoção do Investimento e do Comércio Exterior, com um plano de marketing, marca Tocantins e ferramentas modernas de gestão. Será estabelecida uma Janela Única para Investidores para reduzir a burocracia, acelerar aprovações e fortalecer a segurança jurídica. Para ampliar o acesso ao mercado, o programa utilizará a plataforma ConnectAmericas do IDB, apoiará rodadas internacionais de negócios e feiras, além de fornecer assistência técnica em certificações, rastreabilidade e padrões ESG. Além disso, será lançado o Entrepreneurship Hub em Palmas para promover soluções agrotecnológicas, bioeconômicas e biotecnológicas, atrair investimentos e integrar empresas inovadoras às cadeias de valor.

Componente 4 - Melhorar a qualidade das rodovias estaduais estratégicas, fortalecendo a conectividade entre centros de produção e centros comerciais.

Este componente financiará estudos de engenharia e técnicos, incluindo relatórios geotécnicos atualizados, projetos e avaliações socioambientais, bem como planos de segurança viária alinhados com as melhores práticas internacionais, como o iRAP. Da mesma forma, campanhas de segurança e programas de treinamento serão implementados em corredores estratégicos. As intervenções planejadas incluem a melhoria de 30,68 km da rodovia TO-335 (Colinas–Palmeirante), que conecta uma rodovia federal a um importante terminal ferroviário; 14,07 km da TO-030 (Taquaralto–Taquaruçu), crítico para o turismo e o transporte de produtos agrícolas e minerais; e 13,38 km da TO-222 (Araguaína–Novo Horizonte), em uma área de intensa atividade educacional, cultural e agrícola.

Gerenciamento de Projetos

Este componente financiará a equipe de gestão, auditorias, avaliações e assistência técnica.

2.6. Descrição e Caracterização da Amostra Representativa

Esta AAS está relacionada especificamente ao Componente 4 – Melhoria da qualidade das rodovias estaduais estratégicas. Para efeitos da avaliação socioambiental da fase de preparação do PROGRAMA, foi definida uma Amostra Representativa, na qual atribuiu projetos representativos para essa avaliação.

É proposto, portanto, projetos que visam a melhoria da logística de transporte rodoviário em rodovias estaduais, com intervenções que compreendem três trechos definidos compondo a Amostra Representativa do PROGRAMA, conforme descritos na Tabela a seguir.

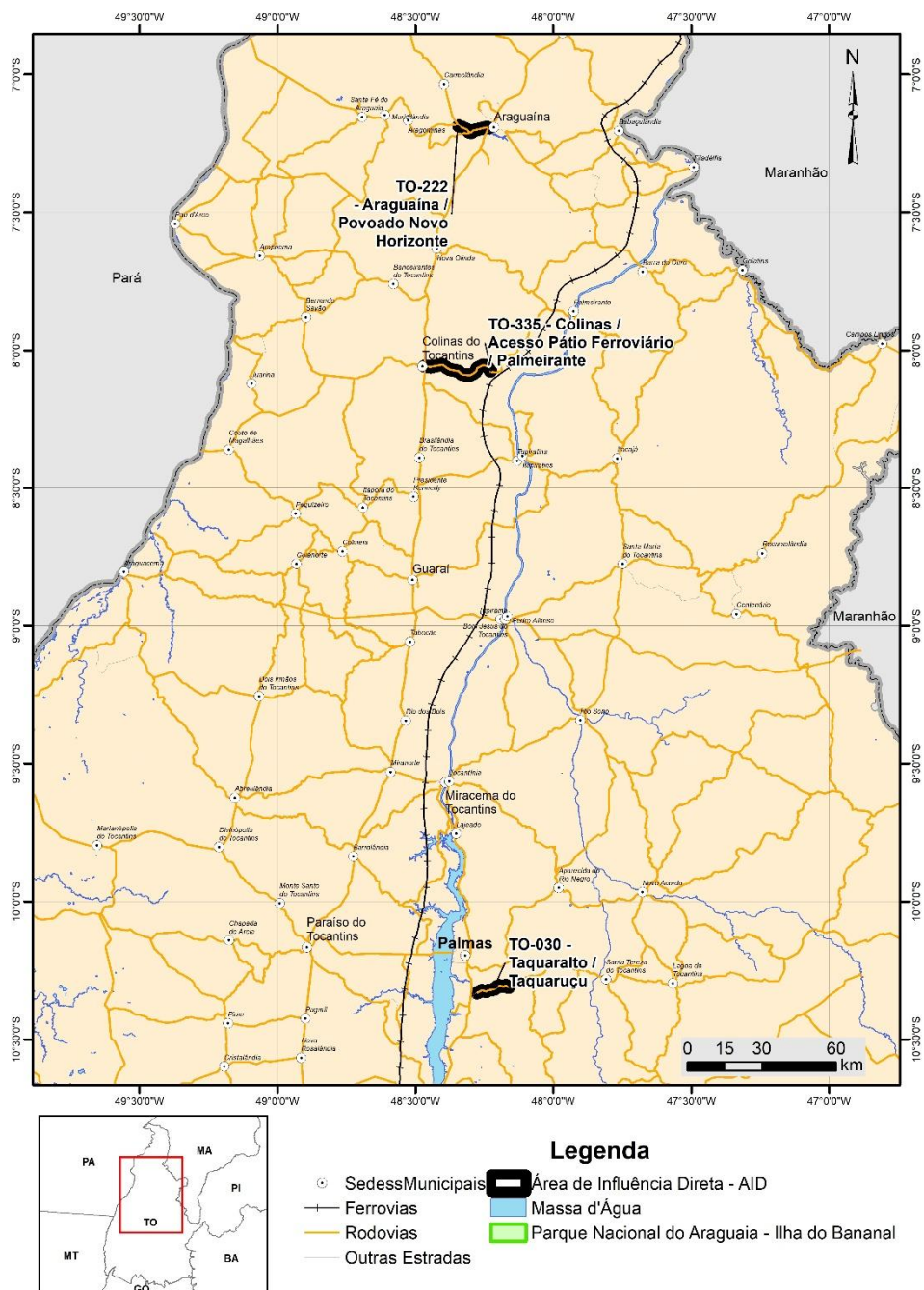
Tabela 1 – Características dos trechos rodoviários da Amostra Representativa

RODOVIA	TRECHO	EXTENSÃO (Km)	MUNICÍPIOS
TO-335	Colinas / Acesso Pátio Ferrovia	30,68	Colinas e Palmeirante

TO-030	Taquaralto / Taquaruçu	14,07	Palmas
TO-222	Araguaína / Povoado Novo Horizonte	13,38	Araguaína

Fonte: Governo do Estado do Tocantins / Ageto, 2025

Figura 2 – Localização da Amostra – Componente 4



Fonte: Governo do Estado do Tocantins / Ageto, 2025

A rodovia TO-222 possui Projeto Executivo de Engenharia, elaborado pela empresa VIATEC, contrato 024/2021, cujos dados são do ano de 2021. Quanto às demais rodovias os projetos estão em fase de elaboração pela AGETO.



Os trechos eleitos para a Amostra Representativa estão localizados em regiões estratégicas para o desenvolvimento do estado do Tocantins, que devido a sua distribuição geográfica, em uma grande extensão, os grandes eixos logísticos foram instalados longitudinalmente, no sentido Norte-Sul desde as primeiras obras de pavimentação, a exemplo da rodovia federal BR-153, como o caso da Ferrovia Norte/Sul.

A Ferrovia Norte-Sul é uma ferrovia que cruza o país de Norte a Sul e funciona como uma espinha dorsal do sistema ferroviário nacional, interligando as principais malhas ferroviárias das cinco regiões do Brasil. A VLI opera o Terminal Integrador de Palmeirante (TIPA), denominado pátio multimodal, aonde as cargas chegam por caminhões pelo modal rodoviário e partem em direção ao Porto de Itaquí através da ferrovia.

A localização dos trechos rodoviários é de grande importância no fortalecimento das ligações aos principais eixos logísticos de transporte ferroviário e rodoviário no estado.

Neste contexto, o trecho da rodovia TO-335, encontra-se na região Norte do Estado, nos municípios de Colinas e Palmeirante, orientada na direção nordeste, fazendo uma ligação da rodovia federal BR-153 e o Terminal Ferroviário.

O trecho rodoviário da TO-222, está localizado no município de Araguaína, segunda maior do estado, cuja região beneficiada é economicamente forte em criação de gado de corte, um dos principais produtos da balança comercial do Estado do Tocantins. Destaca-se também, como pólo irradiador de educação e cultura, através de diversas universidades que estão instaladas na região. O Tocantins e em Araguaína, tanto um quanto outro integram o chamado MATOPIBA, que abrange estados do Maranhão, Piauí, Tocantins, Pará e Bahia; cuja soma da área destinada aos grãos nos quatro estados tem tido crescimento reconhecido. Deve-se ressaltar que 38% da área do MATOPIBA pertence ao estado do Tocantins.

Quanto à rodovia TO-030, que é radial a partir da capital Palmas em direção ao leste do estado, no trecho que se propõe as obras, interligam dois distritos de Palmas, sendo eles Taquaruçu e Taquaralto.

Está localizada na região central do estado e tem um perfil de transporte de cargas de grãos, insumos agrícolas, combustível e minério. Sendo consolidada a agricultura empresarial, tendo como principais produtos a soja e o milho, assim como, a agricultura familiar, com hortaliças, piscicultura entre outros produtos. Segundo dados do Governo do Estado (SEAGRO, 2020), o Tocantins conta com aproximadamente 42 mil famílias classificadas na categoria da agricultura familiar, gerando 120 mil postos de ocupação e responsável por 40% do valor bruto da produção agropecuária

Esta localidade também é conhecida como Portal do Jalapão, uma vez que através do principal aeroporto do estado de Tocantins, a 20 Km do centro da capital, é o ponto de fluxo do turismo para essa região já reconhecida como um dos maiores atrativos do país. O distrito de Taquaruçu também possui diversos atrativos turísticos como cachoeiras e uma gastronomia regional muito variada.

As características técnicas das rodovias existentes, seguem uma padronização em ambos os trechos, TO-030 e TO-335. Ambos os trechos estão pavimentados, e possuem as seguintes características operacionais e da seção transversal:

As características operacionais das rodovias são predominantemente de:

- Classe: III
- Região: Levemente Ondulada
- Velocidade Diretriz: 80 km/h
- Elementos Constituintes do Pavimento:
 - Revestimento: Pista de rolamento executada com Tratamento Superficial Duplo (TSD) e acostamentos executados com Tratamento Superficial Simples (TSS), ambos com Emulsão RR-2C de 2,5 cm de espessura.
 - Base: Executada com cascalhos lateríticos utilizados “in natura” e estabilizados granulometricamente na espessura de 18 cm.
 - Sub-Base: Executada com cascalhos lateríticos utilizados “in natura” e estabilizados granulometricamente na espessura de 15 cm.

No Tocantins as principais características das rodovias estaduais encontradas na Seção transversal são:

- Largura da plataforma de terraplanagem: 11,00 m
- Largura da plataforma de pavimentação: 9,60 m
- Largura da Faixa de Rolamento: 2 × 3,50 m
- Largura do Acostamento Externo: 2 × 1,30 m
- Faixa de Domínio: 80 m

A proposta da AGETO compreende obras em trechos rodoviários relevantes, cujo pavimento foi nestes dois últimos anos alvo de obras de restauração. A Tabela a seguir apresenta a previsão de extensão das obras. As rodovias propostas apresentam seção rural na sua maioria, porém a TO-222 e TO-030, apresentam uma parcela pequena de extensão no perímetro urbano.

Tabela 2 - Previsão de obras no Tocantins

Tipo de obras	Total (Km)
Duplicação da rodovia TO-222	30,68
Duplicação da rodovia TO-335	14,07
Duplicação da rodovia TO-030	13,38

Fonte: Governo do Estado do Tocantins / Ageto, 2025

No tocante a acessibilidade municipal, tanto a rodovia TO-030 (Palmas), como a rodovia TO-222 (Araguaína) e a TO-335 (Colinas) têm papel fundamental para a população no escoamento da produção, principalmente da agricultura familiar, para a comercialização nas feiras e supermercados, uma vez que são grandes polos de produtos do denominado cinturão verde. O acesso às escolas nestes centros urbanos é de reconhecida importância, sendo verificado um fluxo de estudantes dos municípios, distritos e povoados vizinhos se deslocando diariamente para as cidades com este fim.

Quanto à conectividade, os trechos rodoviários estaduais (TO-222, TO-335 e TO-030) fazem a ligação entre as rodovias federais BR-153, principal corredor de transporte de cargas da região centro-oeste (Goiás e Mato Grosso) juntamente com o Tocantins, Bahia e Pará.

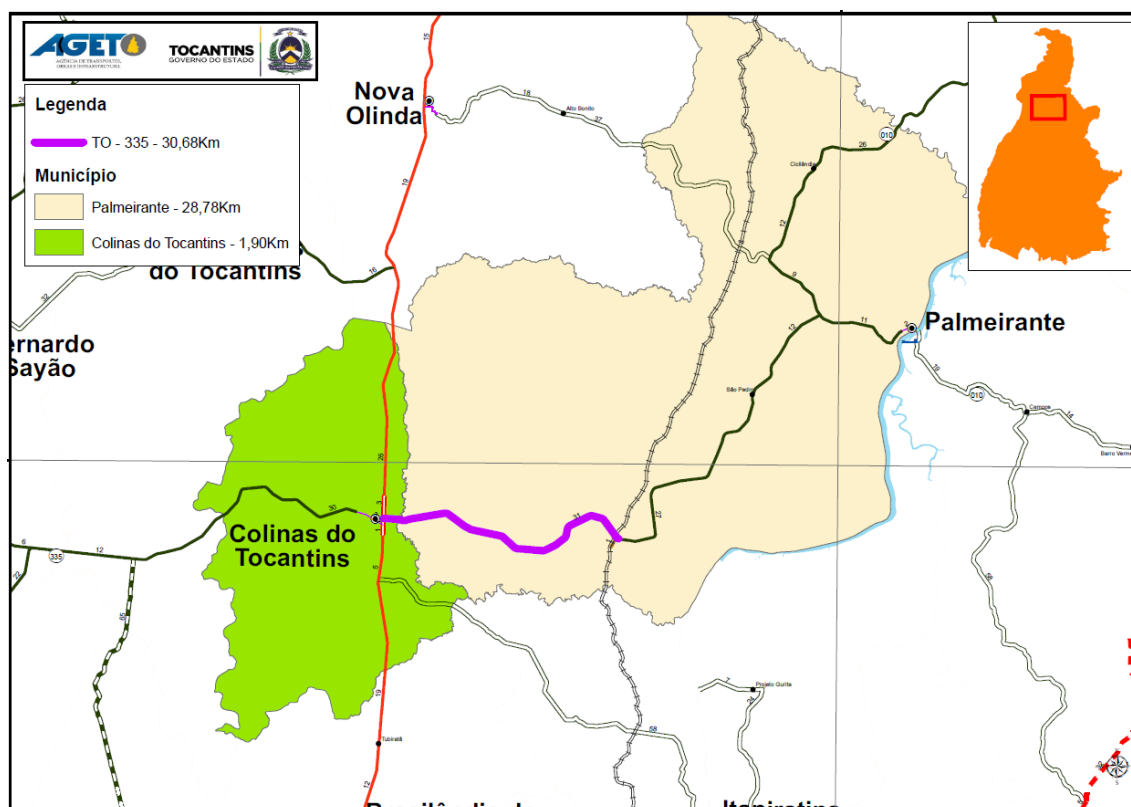
Pela TO-030 seguem cargas entre Tocantins e Bahia em direção à troncal BR-153 ou até o Pátio da VLI em Porto Nacional (ferrovia).

No que se refere a rodovia TO-335, transitam as cargas que seguem para o Pará, ou que vão para a ferrovia em Palmeirante.

O Plano Estadual de Logística do Tocantins - PELT, realizado pela empresa NGT para a AGETO (2015), com recursos do Banco Mundial já havia tratado o tema do vislumbrando o cenário da logística de transporte e o desenvolvimento do Tocantins e levou em consideração algumas melhorias na malha rodoviária do estado, dentre elas as duplicações Palmas – Taquaruçu, Entr.BR-153 até Novo Horizonte (próximo ao município de Araguaína). Também foram citados os acessos às plataformas multimodais.

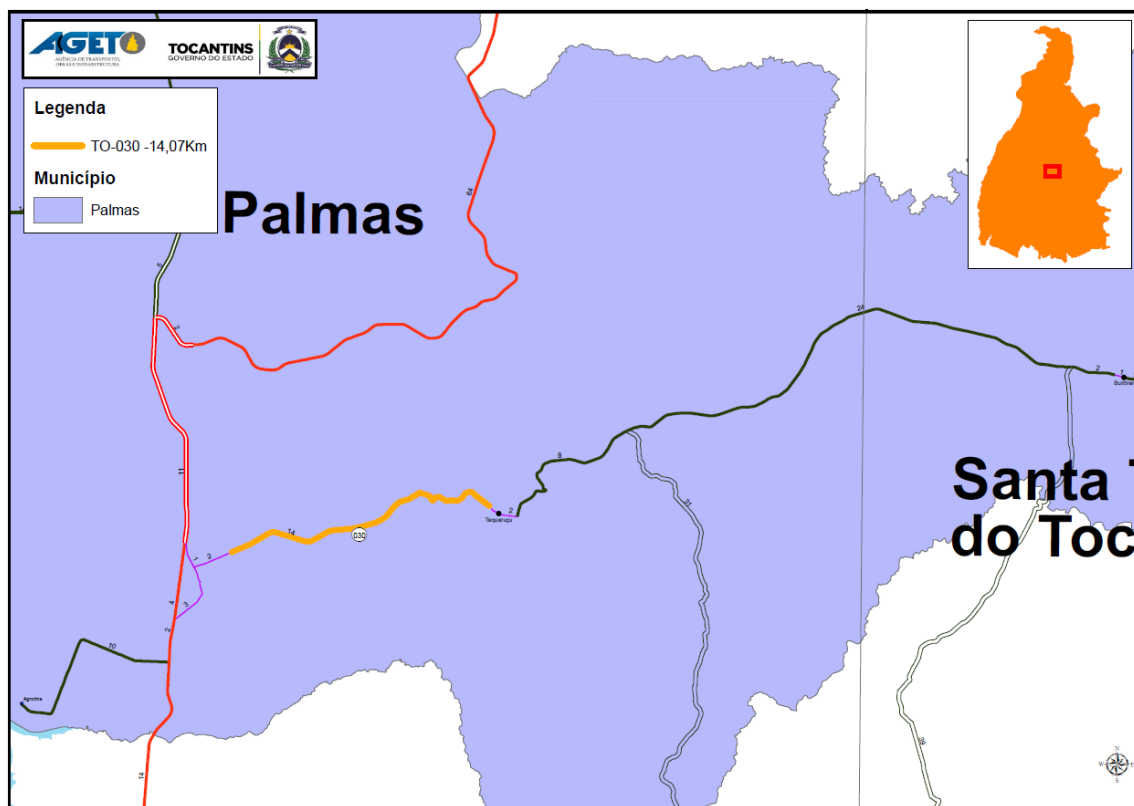
A seguir, são apresentadas figuras que ilustram a localização e abrangência dos Projetos da Amostra do PROGRAMA.

Figura 3 – Localização do trecho da Amostra – Componente 4 - TO-335

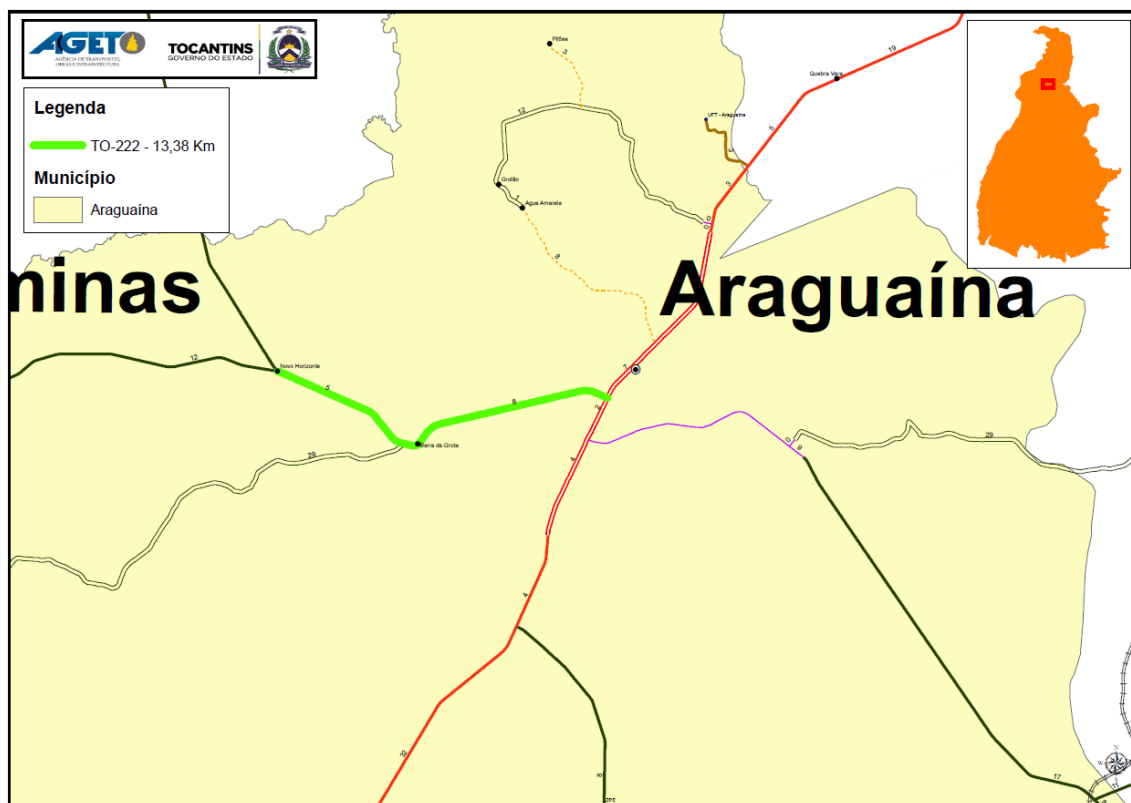


Fonte: Ageto, 2025

Figura 4 – Localização do trecho da Amostra – Componente 4 - TO-030



Fonte: Ageto, 2025

Figura 5 – Localização do trecho da Amostra – Componente 4 - TO-222

Fonte: Ageto, 2025

Foto 1 – Padrão geral do entorno da TO-030

Fonte: Ageto, 2025

Foto 2 – Vegetação e talude do entorno da TO-030



Fonte: Ageto, 2025

Foto 3 – Padrão geral do entorno da TO-030



Fonte: Ageto, 2025

Foto 4 – Padrão geral da área mais adensada do entorno da TO-335



Fonte: Ageto, 2025

Foto 5 – Padrão geral do entorno da TO-335



Fonte: Ageto, 2025

Foto 6 – Padrão geral do entorno da TO-335



Fonte: Ageto, 2025

Foto 7 – Caminhões estacionados na Via – TO335, próximo a entrada da VLI



Fonte: Ageto, 2025

Foto 8 – Estrutura da VLI, conexão multimodal com a TO-335



Fonte: Ageto, 2025

Foto 9 – Galpões empresariais no entorno da TO-222



Fonte: Ageto, 2025

Foto 10 – Aspecto geral do entorno da TO-222



Fonte: Ageto, 2025

Foto 11 – Aspecto geral do entorno da TO-222 – instituição de ensino universitário particular



Fonte: Ageto, 2025

Foto 12 – Ponte sobre o ribeirão Lontra, transposição da TO-222



Fonte: Ageto, 2025

Foto 13 – Barra da Grota, comunidade local na passagem da TO-222



Fonte: Ageto, 2025

Foto 14 – Aspecto da vegetação no entorno da TO-222



Fonte: Ageto, 2025

3. OBJETIVOS E PRINCÍPIOS DO PLANO DE ENGAJAMENTO E PARTICIPAÇÃO DE PARTES INTERESSADAS

O Plano de Participação de Partes Interessadas (PPPI) traduz, em termos operacionais, as diretrizes do PDAS 10 do MPAS/BID, com o propósito de assegurar que o engajamento social do PROGRAMA ocorra de forma planejada, contínua e integrada à governança estadual.

Mais do que um documento de referência, o PPPI é o instrumento de gestão que organiza e orienta os mecanismos de diálogo, participação e escuta ativa com as comunidades e instituições envolvidas no PROGRAMA, assegurando que o processo participativo seja relevante, inclusivo e verificável.

3.1. Objetivo Geral

Garantir que o engajamento das partes interessadas no Programa Tocantins Mais Sustentável seja conduzido de maneira transparente, sistemática e efetiva, fortalecendo os canais de participação social do município e contribuindo para a gestão de riscos socioambientais, a aceitação pública e a sustentabilidade das ações do Programa.

3.2. Objetivos Específicos

Em consonância com os princípios do PDAS 10, o PPPI tem como objetivos específicos:

- **Planejar e estruturar o processo participativo**, definindo responsabilidades, canais e métodos de diálogo adequados aos diferentes públicos do PROGRAMA;
- **Articular o PROGRAMA**, utilizando e fortalecendo instâncias já existentes — como conselhos, conferências, ouvidorias, fóruns e mesas de diálogo;

- **Promover a inclusão de grupos vulneráveis**, assegurando acessibilidade, representatividade e respeito à diversidade de gênero, raça, idade, deficiência e condição social;
- **Garantir a transparência ativa e a comunicação pública**, com divulgação de informações em linguagem simples e em formatos acessíveis;
- **Operacionalizar o Mecanismo de Queixas e Reclamações (MQR)**, assegurando registro, resposta e acompanhamento de manifestações;
- **Integrar o engajamento social ao Sistema de Gestão Ambiental e Social (SGAS) do PROGRAMA**, favorecendo a gestão participativa e a retroalimentação de informações; e
- **Monitorar e revisar periodicamente o PPPI**, à luz das contribuições das partes interessadas e das instâncias municipais de participação social.

3.3. Princípios Orientadores

O PPPI adota os princípios que orientam o processo de engajamento de acordo com o PDAS 10 do MPAS do BID, organizados da seguinte forma:

- **Transparência:** divulgação clara, tempestiva e acessível de informações.
- **Inclusão e equidade:** garantia de oportunidades de participação a todos os grupos sociais, com foco nos vulneráveis.
- **Diálogo significativo:** processos participativos que gerem influência real sobre decisões do PROGRAMA.
- **Corresponsabilidade:** reconhecimento do papel compartilhado entre poder público e sociedade civil na gestão social do território.
- **Respeito aos direitos humanos:** participação livre de discriminação, coerção ou retaliação.
- **Gestão democrática e integração institucional:** alinhamento entre o PPPI e o SGAS, fortalecendo a governança local.
- **Adaptação e melhoria contínua:** revisão periódica do PPPI, considerando as lições aprendidas, os registros do MQR e os resultados do monitoramento participativo;

4. IDENTIFICAÇÃO DAS QUESTÕES PRIORITÁRIAS

Para as consultas, deve-se abordar os impactos socioambientais benéficos e adversos dos projetos, e que sejam relevantes na discussão com o público.

No geral, as seguintes questões são antecipadas:

- Necessidade de conhecimento sobre o PROGRAMA e os projetos, com detalhamento dos itens permanentes que causam maiores preocupações ou anseios;
- Dinâmica de trabalho dos Projetos (incômodos à comunidade e duração da obra, reuniões e alinhamentos para a operação, etc);
- Orçamento e início dos Projetos;



- Principais riscos e impactos ambientais e sociais do PROGRAMA;
- Principais medidas de mitigação para atendimento aos impactos identificados;
- Uso de mão de obra e materiais locais;
- Riscos de deslocamento ou interrupção de atividades / ocupações por conta da sobreposição com a área de implementação do projeto

5. IDENTIFICAÇÃO DOS ATORES E PARTES INTERESSADAS

5.1. Definições Preliminares

A análise das partes interessadas do PROGRAMA TOCANTINS MAIS SUSTENTÁVEL é realizada de acordo com os princípios e requisitos do PDAS 10 e com as recomendações encontradas no documento “Consulta Significativa às Partes Interessadas”³. Seu propósito é assegurar que o comprometimento do Programa seja planejado, transparente e balanceado ao nível de impactos sociais e ambientais, afirmando a relação entre poder público e sociedade.

A identificação das partes interessadas é a base do engajamento significativo, pois permite compreender quem são os atores envolvidos, quais são seus interesses, níveis de influência, vulnerabilidades e expectativas, e como deverão ser engajados ao longo do ciclo de vida do PROGRAMA.

Seguindo as definições das publicações citadas, consideram-se partes interessadas todas as pessoas, grupos, instituições ou entidades públicas e privadas que:

- Podem ser afetadas positiva ou negativamente pelas ações, obras, medidas e políticas do PROGRAMA;
- Têm interesse direto ou indireto em seus resultados, decisões e benefícios; ou
- Possuem capacidade de influenciar a execução, o ritmo, a aceitação pública ou a sustentabilidade social do PROGRAMA.

O PDAS 10 propõe uma classificação que distingue os seguintes grupos:

- **Partes afetadas diretamente:** famílias, comerciantes ou instituições que sofrerão impactos físicos, econômicos ou sociais diretos (como restrições temporárias de uso, perda de renda ou interrupção de atividades);
- **Partes afetadas indiretamente:** indivíduos e grupos que poderão experimentar impactos secundários, positivos ou negativos, decorrentes das obras e transformações territoriais;
- **Partes institucionais:** órgãos governamentais, instituições de pesquisa, agências de controle, conselhos municipais e parceiros técnicos vinculados ao Programa;
- **Partes comunitárias e da sociedade civil:** associações de moradores, coletivos, movimentos sociais e organizações que representam interesses coletivos; e

³ KVAM, Reidar. Consulta Significativa às partes interessadas: série do BID sobre riscos e oportunidades ambientais e sociais. BID: 2017.

- **Partes estratégicas:** atores que, mesmo não afetados diretamente, exercem influência sobre a percepção pública ou a viabilidade política e social do PROGRAMA, como a mídia local, universidades e entidades do setor privado.

5.2. Metodologia de análise

A metodologia de análise das partes interessadas é tanto qualitativa quanto iterativa, o que significa que mapeamento das partes interessadas é um processo de atualização contínua e melhoria e que é revisado à medida em que novas informações, atores e territórios são abordados no âmbito do PROGRAMA.

O processo de análise para o PROGRAMA TOCANTINS MAIS SUSTENTÁVEL busca compreender o papel de cada parte interessada no PROGRAMA, identificar seus interesses, vulnerabilidades e capacidades de influência, e definir o nível de esforço de engajamento adequado para assegurar uma participação significativa, inclusiva e eficaz. Esse esforço é orientado por um princípio fundamental do PDAS 10: a proporcionalidade. Ou seja, o engajamento social deve ser mais intenso e frequente quanto maior o impacto potencial e maior a vulnerabilidade da parte interessada.

5.2.1. Dimensões de análise

O método aplicado ao PROGRAMA estrutura-se em seis dimensões analíticas complementares, que permitem qualificar o grau de relacionamento entre o PROGRAMA e cada ator identificado:

- **Tipo de afetação** – Determina se o envolvimento da parte interessada decorre de impactos diretos (intervenções em áreas de risco, perda de acesso ou impacto econômico) ou indiretos (como mudanças no acesso, institucionais ou ambientais).
- **Nível de influência** – Mede a capacidade da parte interessada de afetar decisões, cronogramas ou percepções públicas sobre o PROGRAMA — seja por poder institucional, liderança social, representação política ou controle de informações.
- **Nível de interesse** – Avalia a intensidade da expectativa, do engajamento ou da dependência da parte interessada em relação às ações e benefícios do PROGRAMA.
- **Grau de vulnerabilidade** – Examina a suscetibilidade da parte interessada a impactos desproporcionais, considerando fatores sociais, econômicos, físicos e culturais, bem como barreiras de participação (como deficiência, pobreza, discriminação ou baixa escolaridade).
- **Impacto ou potencial de interesse** – Analisa a relevância do PROGRAMA para cada grupo, em termos de benefícios esperados, riscos percebidos e oportunidades de cooperação, determinando o peso de cada ator no planejamento do engajamento.
- **Estratégia de participação** – Define os canais, métodos e periodicidade mais adequados de comunicação e diálogo, assegurando que as partes mais vulneráveis e diretamente afetadas tenham maior acesso à informação, frequência de contato e capacidade de influenciar decisões.

O uso combinado dessas dimensões permite priorizar esforços e calibrar o grau de engajamento de forma proporcional à vulnerabilidade, à influência e ao impacto de cada

grupo, garantindo um processo de participação equilibrado, verificável e adaptativo — conforme as diretrizes do PDAS 10 do MPAS do BID.

5.3. Matriz de Análise das Partes Interessadas

A matriz a seguir sintetiza os principais grupos de partes interessadas identificados na fase de preparação do PROGRAMA TOCANTINS MAIS SUSTENTÁVEL, considerando as partes identificadas na **área de abrangência da Amostra Representativa para o Componente 4**, bem como instituições, órgãos públicos e atores estratégicos que compõem a rede de relacionamento do PROGRAMA.

A análise combina as seis dimensões apresentadas na seção anterior e permite compreender, de forma sistemática, como o PROGRAMA se relaciona com cada categoria, quais são seus níveis de influência, interesse e vulnerabilidade, e qual o esforço de engajamento necessário para garantir uma participação significativa, proporcional e contínua.

A matriz resultante revela a diversidade e complexidade de atores que se relacionam com o PROGRAMA TOCANTINS MAIS SUSTENTÁVEL. Essa leitura permite planejar o engajamento de modo estruturado e responsivo aos riscos e vulnerabilidades, assegurando que grupos direta e indiretamente afetados participem efetivamente da implementação do PROGRAMA.

a) Grupos de alta prioridade: gestão próxima e contínua

- Os grupos classificados com alto interesse e alta vulnerabilidade — como as famílias ou atividades com risco de deslocamento ao longo da rodovia, estabelecimentos educacionais ao longo dos trechos, as populações vulneráveis que podem sofrer impactos físicos diretos das obras ou na interrupção de acesso durante as obras (mulheres chefes de família, idosos, PCD, população LGBTQIA+, migrantes e famílias de baixa renda) — devem ser gerenciados de perto.
 - Esses grupos exigem comunicação direta, acompanhamento individualizado e participação ativa em todas as fases do Programa.
 - No caso das populações vulneráveis, mesmo que apresentem influência institucional reduzida, o alto impacto potencial e o dever de proteção diferenciada impõem esforço ampliado de engajamento.
 - Assim, o acompanhamento social é essencial para garantir inclusão, mitigação de riscos e escuta ativa.

b) Grupos institucionais e de governança: engajamento coordenado

- As Secretarias Municipais e Estaduais, Órgãos responsáveis pelo licenciamento, a Procuradoria Geral dos Municípios (PGM), os Conselhos Setoriais e o Ministério Público representam o eixo institucional e de governança do PROGRAMA. Por sua alta influência na tomada de decisão e baixa vulnerabilidade, esses grupos devem ser gerenciados de forma coordenada, por meio de reuniões técnicas periódicas, intercâmbio de informações e prestação de contas formal.
 - A manutenção de um diálogo institucional transparente e documentado com esses atores garante a conformidade jurídica, ambiental e social do



PROGRAMA, fortalecendo o controle social e a credibilidade pública dos projetos.

c) Grupos de interesse transitório e/ou econômico: informação constante e participação ampliada

- As empresas e produtores que estejam ao longo das rodovias ou que utilizem os trechos rodoviários para escoamento de produção, trabalhadores e famílias que utilizam os trechos para locomoção, organizações da sociedade civil que estejam vinculadas a temas correlatos às atividades produtoras e populações que utilizam o trecho rodoviário configuram o conjunto de grupos de interesse transitório e/ou econômico. Esses atores demandam informação contínua e acessível, pois tem interesse nos impactos da fase de obra e melhorias previstas na fase de operação dos projetos, e seu envolvimento contribui para a legitimação das ações locais, a redução de conflitos e o fortalecimento da confiança pública.

- O engajamento com esses grupos deve priorizar comunicação dialógica por meio de reuniões, oficinas, ou por meio de comunicação ativa, com a publicação de notícias e informes em canais digitais, mídias e veículos de comunicação.

d) Grupos de formadores de opinião: comunicação institucional e transparência

- A imprensa local, as mídias comunitárias, centros de pesquisa / universidades e alguns conselhos municipais exercem papel estratégico na difusão de informações e na formação da opinião pública sobre o PROGRAMA. Esses grupos devem ser mantidos constantemente informados por meio de comunicação institucional clara, tempestiva e orientada à transparência, incluindo o envio de boletins, releases, relatórios e acesso regular às atualizações do PROGRAMA.

5.3.1. Matriz de Análise de Partes Interessadas

A seguir, é apresentada a matriz analítica das partes interessadas por grupo identificado. A Matriz estabelece uma ferramenta prática que direciona a estratégia de engajamento para o processo de Consulta.



Tabela 3 - Matriz de Análise de Partes Interessadas

Categoria	Principais características	Tipo de afetação	Impacto / Interesse potencial	Nível de influência	Nível de interesse	Grau de vulnerabilidade	Estratégias e canais de engajamento
População e atividades na área direta de afetação	famílias ou atividades com risco de deslocamento ao longo da rodovia	Impacto direto	Necessidade de deslocamento involuntário	Baixo	Alto	Alto	1. Realização de cadastro Socioeconômico pela Ageto; 2. Visita de campo (Dia “D” – comunicação/pesquisa porta a porta) para divulgação de informações de Consulta + Canais do MQR + coleta das manifestações e respostas (ou canal de devolutiva das questões) 3. Divulgação de informações via redes sociais com tráfego pago; 4. Canais de comunicação e Ouvidoria: Seplan e AGETO.
Equipamentos públicos ou privados	estabelecimentos educacionais e de serviços essenciais ao longo dos trechos	Impacto direto	Durante a obra: Risco de acidentes, interrupção temporária de acesso, ruído, poeira e vibração Na operação: melhores condições de trafegabilidade e segurança	Baixo	Alto	Médio	1. Tráfego pago; 2. Convites a representantes de categorias econômicas, de classe e instituições envolvidas.
População vulnerável na área de influência e lindeiras à área direta de afetação	populações vulneráveis que podem sofrer impactos físicos diretos das obras ou na interrupção de acesso durante as obras	Impacto direto	Durante a obra: Risco de acidentes, interrupção temporária de acesso, ruído, poeira e vibração Na operação: melhores condições de trafegabilidade e segurança	Médio	Médio	Médio	1. Visita de campo (Dia “D” – comunicação/pesquisa porta a porta) para divulgação de informações de Consulta + Canais do MQR + coleta das manifestações e respostas (ou canal de devolutiva das questões) 2. Divulgação de informações via redes sociais com tráfego pago; 3. Utilizar os CRAS como ponto de referência e comunicação.



Categoria	Principais características	Tipo de afetação	Impacto / Interesse potencial	Nível de influência	Nível de interesse	Grau de vulnerabilidade	Estratégias e canais de engajamento
Governamental / Institucional	Secretarias Municipais Secretarias Estaduais	-	Interesses relacionados aos temas das Secretarias (proteção e redução de riscos e impactos sociais, ambientais ou infraestruturais)	Alto	Médio	Baixo	1. Convite formal aos titulares; 2. Redes sociais;
Governamental / Institucional	Órgãos responsáveis pelo licenciamento, Procuradoria Geral dos Municípios (PGM)	-	Interesses relacionados aos temas de proteção e redução de riscos e impactos sociais e ambientais	Alto	Alto	Baixo	1. Convite formal aos titulares;
Governamental / Institucional	Câmara dos Vereadores	-	Interesses relacionados aos temas de proteção e redução de riscos e impactos sociais e ambientais	Alto	Médio	Baixo	1. Convite formal aos titulares;
Governamental / Institucional	Conselhos Setoriais Deliberativos	-	Interesses relacionados aos temas de proteção e redução de riscos e impactos sociais e ambientais	Alto	Alto	Baixo	1. Convite formal aos titulares;
Governamental / Institucional	Ministério Público	-	Interesses relacionados aos temas de proteção e redução de riscos e impactos sociais e ambientais	Alto	Alto	Baixo	1. Convite formal aos titulares, incluindo apresentação síntese do Programa e canais de manifestação para contribuições.
Atividades produtoras na área de influência e lindeiras à área direta de afetação	Empresas / produtores na área de influência	Impacto direto	Durante a obra: Risco de acidentes, interrupção temporária de acesso, ruído, poeira e vibração Na operação: melhores condições de	Médio	Alto	Baixo	1. Visita de campo de comunicação, tráfego pago e redes sociais;



Categoria	Principais características	Tipo de afetação	Impacto / Interesse potencial	Nível de influência	Nível de interesse	Grau de vulnerabilidade	Estratégias e canais de engajamento
			trafegabilidade e segurança				
Usuários das vias	População circulante (famílias e trabalhadores)	Impacto indireto	Durante a obra: Risco de acidentes, interrupção temporária de acesso, ruído, poeira e vibração Na operação: melhores condições de trafegabilidade e segurança	Baixo	Médio	Baixo	1. Divulgação de informações via redes sociais com tráfego pago; 2. Press release com mídia local; 3. Sinalização nas vias; 4. Canais de comunicação e Ouvidoria: Seplan e AGETO
Organizações	Organizações da Sociedade Civil	-	Interesse na proteção dos direitos e interesses dos filiados	Médio	Médio	Baixo	1. Convite formal aos titulares;
Veículos de comunicação	Imprensa / Mídia (jornais, rádios, etc)	-	Interesse na divulgação de notícias e informações aos auditores	Alto	Médio	Baixo	1. Press release para conhecimento e divulgação na TV local, rádios, sites oficiais (transparência ativa) e redes sociais dos veículos de comunicação;
Governamental / Institucional	Centros de pesquisa / Universidades	-	Interesse técnico-científico e colaborativo	Médio	Médio	Baixo	1. Convite formal aos titulares;
Governamental / Institucional	Conselhos Consultivos	-	Interesses relacionados aos temas de proteção e redução de riscos e impactos sociais e ambientais	Médio	Médio	Baixo	1. Convite formal aos titulares;



6. ORGANIZAÇÃO DAS CONSULTAS SIGNIFICATIVAS DA FASE DE PREPARAÇÃO DO PROGRAMA

Busca-se nas consultas públicas:

- A apresentação do PROGRAMA e dos documentos socioambientais;
- A captação de informações, anseios e dúvidas das partes interessadas;
- As respostas aos questionamentos apresentados.

Ao final do processo de consultas deve-se garantir a catalogação de evidências de sua realização, assim como do seu resultado.

Importante esclarecer que o presente PPPI se destina ao detalhamento do processo de Consulta Significativa da **fase de preparação do PROGRAMA**, e relacionadas aos documentos: **AAS, PGAS e MGAS do Componente 4**.

O planejamento das Consultas apresentadas neste Plano será liderado pela equipe da **SEPLAN, com apoio da equipe da AGETO**. Poderão ainda ser envolvidas outros departamentos, como Assessoria de Comunicação, por exemplo.

Com a publicação dos documentos ambientais e sociais no site da SEPLAN:

- Inicia-se a **Divulgação Pública de Informações** com a publicação dos estudos e documentos socioambientais produzidos na presente fase de preparação;
- Também se inicia o período de divulgação e consulta com a difusão de informações e chamamento das partes interessadas para se manifestarem.
- Finalizado o período de divulgação (de 15 dias mínimos), chamamento e realização do pleito de consulta, será finalizado o período de **Consulta Significativa da fase de preparação**.

A organização da Consulta da fase de preparação deverá atender às orientações dadas a seguir:

- Deverá ser realizada ao menos uma rodada de consulta com pleito estabelecido;
- O material de divulgação e informativo, seja impresso ou eletrônico, deverá apresentar informações síntese sobre o PROGRAMA e os projetos da Amostra Representativa; o objetivo do processo de Consulta atrelado aos documentos socioambientais da preparação do PROGRAMA; onde/como acessar os documentos AAS, PGAS e MGAS do PROGRAMA; onde/como realizar contribuições; onde e quando será realizado o pleito de Consulta; e os canais para manifestações e queixas oficiais definidos para o PROGRAMA;
- A data da consulta deverá ser definida com antecedência;
- As modalidades/formatos de realização do processo de Consulta são apresentadas nos itens a seguir, consolidadas em:
 - 1 Consulta Assíncrona durante o período de divulgação e chamamento;
 - 1 Consulta Virtual (com transmissão e participação ao vivo pela Internet);
 - 1 Comunicação/Pesquisa porta-a-porta com população vulnerável (atividades e residências) ao longo da Área Diretamente Afetada (ADA) dos Projetos da Amostra.



Como parte da fase de preparação do PROGRAMA estão previstas as seguintes estratégias de consulta pública⁴:

Consulta Assíncrona

- Divulgação Pública de Informações dos Projetos, Socioambientais e dos Canais de Manifestação.
- Esta divulgação e consulta deverá ser iniciada pelo menos **15 dias antes** da realização do pleito de Consulta e finalização do processo programado na fase de preparação do PROGRAMA.
- Através da disponibilização das informações no site da SEPLAN e da AGETO dos documentos socioambientais produzidos nesta fase de preparação (AAS, PGAS, MGAS) além de quaisquer outros materiais informativos sobre os projetos do PROGRAMA.
 - Esta página eletrônica deverá permitir o recebimento de manifestações das partes interessadas por meio de formulário neste mesmo site ou através de um canal oficial (e-mail, por exemplo). Também deverá divulgar quando e como a resposta será disponibilizada (por exemplo: publicação das perguntas e respostas no site). Dessa forma, as partes interessadas poderão apresentar seus anseios e colaborações e receber respostas.
 - O prazo para a divulgação das respostas será de até **7 dias após o término do período de Consulta**, através desta mesma página eletrônica.

Consulta Virtual (transmissão online ao vivo com participação remota):

- Realização de consulta pública com a participação de público presencial e participação remota através da transmissão ao vivo pela Internet.
- Poderão ser utilizadas plataformas virtuais como Youtube, com momento para que as pessoas participantes também tenham oportunidade de se manifestar através das plataformas virtuais (online, chat).
- Esta consulta abordará os principais aspectos, impactos e formas de mitigação dos **Projetos da Amostra Representativa**, de forma ampla (ambiental e social), conforme os documentos AAS, PGAS, MGAS.
- O convite deverá ser feito a toda Matriz de Partes Interessadas.

Importante destacar que o presente Plano de Consulta e Participação (PPPI) se destina ao detalhamento das Consultas Significativas às temáticas socioambientais referentes aos Projetos da Amostra Representativa, conforme os documentos: AAS, PGAS e MGAS.

⁴ Uma consulta significativa é compreendida nesta proposta a seguir como uma ferramenta de divulgação e apresentação do PROGRAMA, projetos e seus impactos e medidas previstas para mitigação. Por vezes, o documento pode utilizar o termo Consulta referindo-se ao processo completo que envolve desde a divulgação de informações, chamamento, manifestações e respostas.



Comunicação/Pesquisa Porta a Porta

- Realização de visitas porta-a-porta para divulgação de informações, coleta de manifestações e respostas/devolutiva;
- **Público-alvo:** populações vulneráveis, seja com atividades ou moradias na área prevista para implantação da Amostra ou lindeiras a esta e que apresentem risco de sofrerem impactos diretos do Projeto;
- Este formato de consulta utilizará as seguintes ferramentas:
 - Material didático de apresentação com conteúdo sobre o Programa, Projeto da Amostra, principais impactos e medidas de mitigação, canais de comunicação (MQR);
 - Explicação verbal das informações / conteúdo dos documentos socioambientais;
 - Formulário para apresentação de manifestação;
 - Possibilidade de manifestação verbal;
 - As respostas serão dadas no respectivo momento ou será informado o meio de devolutiva futura em caso de não se ter a resposta durante esta consulta.
- Esta consulta abordará os principais aspectos, impactos e formas de mitigação dos **Projetos da Amostra Representativa**, de forma ampla (ambiental e social), conforme os documentos AAS, PGAS, MGAS.
- Serão utilizados canais de apoio como CRAS local para garantir o máximo de cobertura e alcance desta ação.

Importante destacar que o presente Plano de Consulta e Participação (PPPI) se destina ao detalhamento das Consultas Significativas às temáticas socioambientais referentes aos Projetos da Amostra Representativa, conforme os documentos: AAS, PGAS e MGAS.

7. ATIVIDADES DO PROCESSO DE CONSULTAS SIGNIFICATIVAS DA FASE DE PREPARAÇÃO DO PROGRAMA

O PROGRAMA será difundido através de diversas formas de comunicação incluindo a sinergia entre as Secretarias coexecutoras para auxiliar no processo de divulgação e chamamento. Também serão utilizadas mídias digitais/redes sociais como meios de comunicação para tornar o processo amplo e democrático.

Para a Consulta Significativa, a estratégia de comunicação é sensibilizar as partes interessadas sobre “o que é a consulta” e “qual o papel das partes interessadas nessa fase de preparação do PROGRAMA”, através de articulações específicas com os representantes listados na matriz de partes interessadas, além da veiculação de materiais informativos divulgados nos meios de comunicação.

Produzido o material informativo, inicia-se o chamamento e a mobilização de como, quando e onde serão realizadas as consultas, e como se manifestar e obter respostas. A divulgação será iniciada juntamente com a abertura dos canais de manifestação, com prazo mínimo de campanha de pelo menos **15 dias antecedentes à reunião de Consulta Virtual**. Também deverá ser dado início imediato às ações de



comunicação/chamamento direto (ofícios, convites, e-mails) às partes interessadas conforme definido na estratégia de comunicação, além da **Comunicação Porta-a-Porta** para alcançar populações e atividades vulneráveis diretamente afetadas pelos Projetos da Amostra.

Uma versão de divulgação da Avaliação Ambiental e Social (AAS), do Plano de Gestão Ambiental e Social (PGAS) e do Marco de Gestão Ambiental e Social (MGAS) estarão disponíveis com antecedência ao início do período de realização de consulta, no site do PROGRAMA. Junto das minutas desses documentos, serão disponibilizadas apresentações explicativas em linguagem simples e didática, com informações sobre o PROGRAMA, no que tange os seus objetivos, obras e suas tipologias propostas, riscos e impactos ambientais e sociais positivos e negativos do PROGRAMA referentes à sua implantação e operação⁵.

Ao final da consulta deve-se garantir a catalogação de evidências de sua realização, assim como do seu resultado, sendo a melhor forma a documentação do processo e a gravação do pleito.

7.1. Resumo sobre os recursos e estrutura das modalidades de Consulta

Abaixo estão descritos os recursos e estrutura previstos para realização das consultas.

Consulta Virtual Assíncrona - Divulgação Pública de Informações e Participação Virtual

A divulgação pública de informações contempla a disponibilização das versões preliminares de todos os documentos socioambientais do processo de preparação do PROGRAMA, e demais materiais que venham a ser produzidos, abarcando os principais temas relacionados às obras da Amostra Representativa, assim como de material informativo complementar.

Objetivos específicos

- Divulgar canal de consulta e comunicação contínuo durante todo o ciclo de vida do PROGRAMA.
- Disponibilizar informações que possam ser vistas durante o período de chamamento e divulgação para apresentar o PROGRAMA;
- Apresentar os Projetos a serem executados, observando as questões prioritárias identificadas; informar a duração das atividades do PROGRAMA (fase de preparação + fase de implantação + consultas) cuidando para não criar expectativa;
- Apresentar a versão preliminar dos documentos socioambientais, destacando os possíveis riscos e impactos preliminarmente observados e as propostas previstas para mitigá-los;
- Informar sobre o processo de envolvimento das partes interessadas do PROGRAMA, destacando os possíveis canais e mecanismos de queixas e reclamações disponibilizados para participação da comunidade e tempo de resposta para as queixas apresentadas;

⁵ O detalhamento estará mais diretamente relacionado aos projetos da Amostra Representativa, objeto de avaliação dos documentos elaborados.

- Abrir espaço, oportunidade, para manifestações e registrar essas, inclusive as respostas dadas pela equipe do Mutuário/Agência Executora;
- Abrir oportunidade para as pessoas se inscreverem para receber informações sobre as consultas relevantes e canais para manifestação;
- Formalizar lista de cadastro dos participantes via Internet;
- Realizar um documento síntese com todas as questões levantadas pelos participantes, as respostas dadas, descrevendo possíveis contribuições na melhoria do desenho do PROGRAMA e dos documentos socioambientais elaborados.

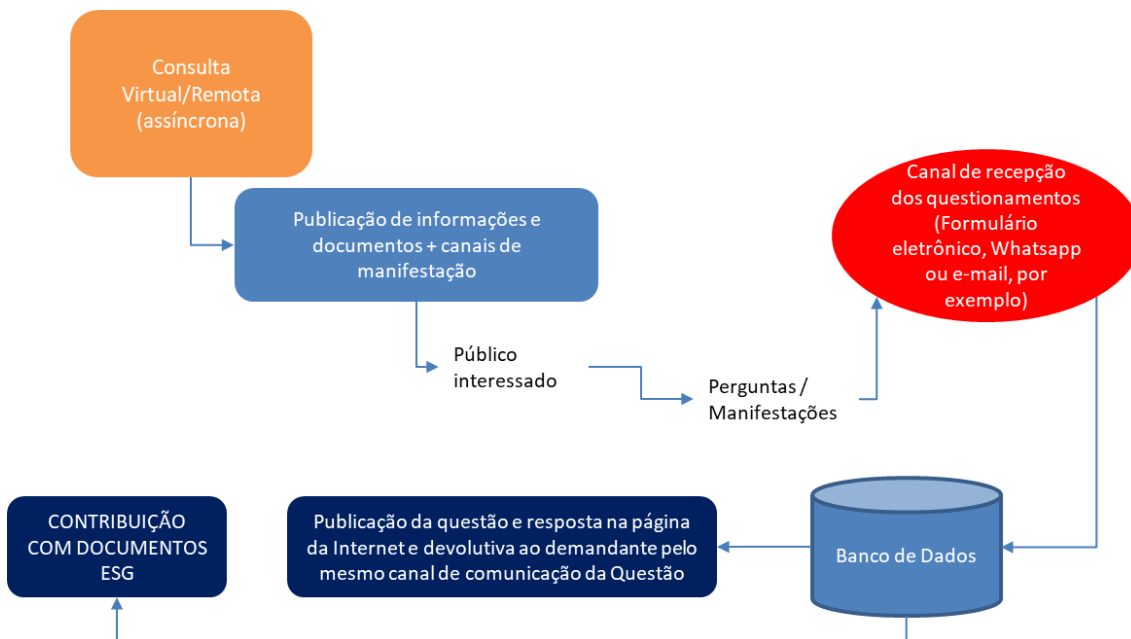
Formato de participação

Na divulgação pública de informações, as partes interessadas poderão acessar os documentos socioambientais e demais materiais informativos do PROGRAMA que serão produzidos pela equipe da Agência Executora e disponibilizados na página eletrônica do PROGRAMA.

As manifestações que vierem a ser realizadas de forma virtual poderão ser enviadas através de **formulário eletrônico** que poderá ser preenchido *online* e encaminhado automaticamente. Também serão disponibilizados outros canais para manifestação como alternativa à consulta, como **e-mail ou WhatsApp**. O prazo para a divulgação das respostas será de 7 dias após o encerramento da Consulta, através desta mesma página eletrônica.

Estes canais de divulgação e participação estarão abertos durante todo o ciclo de vida do PROGRAMA.

Figura 6 – Fluxograma do circuito de perguntas e respostas durante a Divulgação Pública de Informações



Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2025



Resultado Esperado

Como resultado, espera-se informar a sociedade sobre o PROGRAMA, seus benefícios resultantes, assim como dos impactos previstos e as formas de mitigação, garantindo a divulgação das informações sobre riscos sociais e ambientais às partes interessadas, estabelecendo a abertura para o diálogo e manifestações das diferentes partes interessadas.

Consulta Virtual – Formato de Participação a Distância

A Consulta Virtual contempla a realização de uma reunião pública, sendo a possibilidade de estar conectado em canal oficial que transmitirá a reunião pela internet. O formato de participação virtual deve possibilitar a interação do participante através de ferramentas online, como a possibilidade de se manifestar e fazer perguntas através do chat disponível através dessas tecnologias.

Objetivos específicos

- Apresentar o PROGRAMA e os Projetos da Amostra Representativa;
- Apresentar as justificativas (critérios e motivações) que originam a necessidade de implantação (áreas de riscos, qualidade de vida etc.);
- Informar a duração estimadas das atividades em cronograma simplificado (fase de preparação + fase de implantação + consultas);
- Apresentar a versão preliminar dos documentos com a visão do BID, destacando os possíveis riscos e impactos preliminarmente observados e as propostas previstas para mitigá-los;
- Informar sobre o processo de envolvimento das partes interessadas, destacando os canais disponibilizados para participação da comunidade e o mecanismo de queixas e reclamações (MQR) para que possam se manifestar;
- Abrir espaço, oportunidade, para manifestações e registrar essas, inclusive realizando e registrando as respostas dadas na reunião;
- Informar sobre o prazo e canais de respostas para as perguntas que não puderem ser respondidas durante o evento;
- Abrir oportunidade para as pessoas se inscreverem em uma lista para receber informações sobre as consultas relevantes e canais para manifestação;
- Realizar um documento síntese com todas as questões levantadas pelos participantes, as respostas dadas, descrevendo possíveis contribuições na melhoria do desenho do PROGRAMA e dos documentos socioambientais elaborados.

Público-alvo

Esta consulta tem como público-alvo as partes interessadas pelo PROGRAMA e o público diretamente afetado e beneficiado pelos Projetos da Amostra Representativa, além de responsáveis por instituições relacionadas ao tema.

Reforça-se que, apesar de estes serem os públicos-alvo principais, as consultas são abertas à participação de qualquer pessoa interessada.

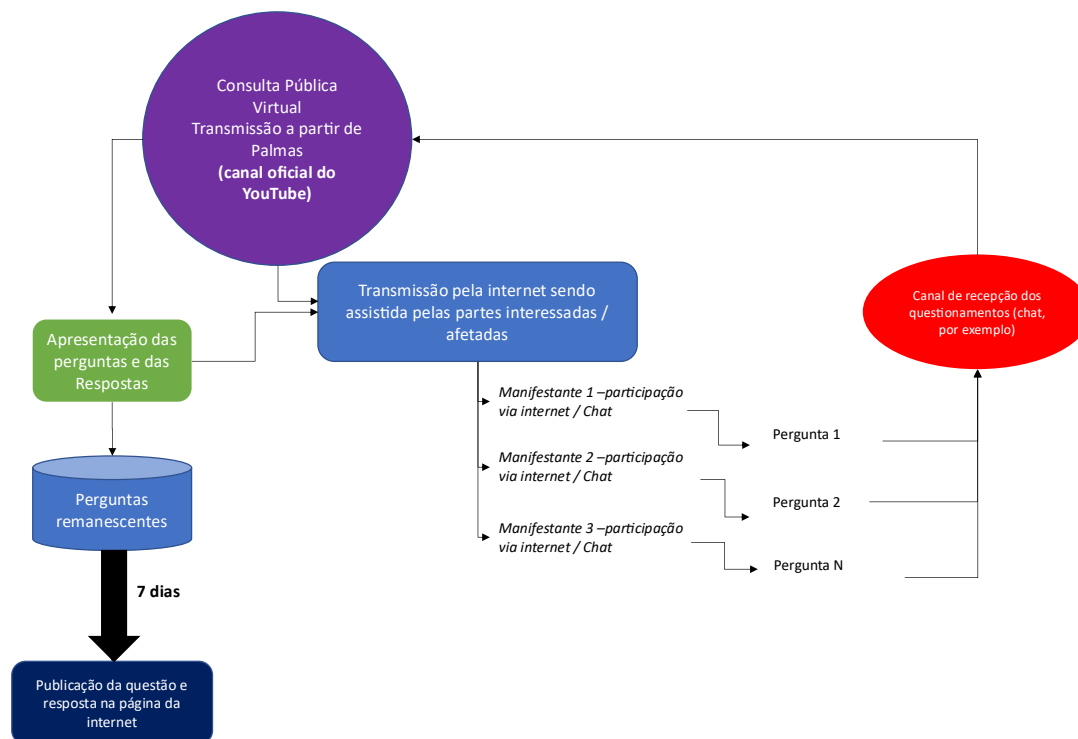


A lista de convidados para o pleito de Consulta é apresentada na **Matriz de Partes Interessadas** expressa no **Anexo 11.1**.

Formato de participação

- A Consulta Pública virtual será transmitida via internet, em link acessível a qualquer espectador interessado, sem a necessidade de inscrição prévia;
- Haverá o incentivo junto às associações, cooperativas, ONG's, Prefeituras entre outras instituições atuantes localmente, para que se organizem com a comunidade interessada e apoiem a divulgação e a viabilidade conjunta para promover o máximo de participação possível durante a Consulta Pública;
- Uma vez que também será feita transmissão online simultaneamente através de plataformas virtuais (como Youtube), os participantes virtuais poderão enviar suas perguntas através do chat dessas plataformas. Caberá ao agente ou mediador estabelecido para o controle das redes sociais selecionar perguntas dos espectadores virtuais repassá-las aos condutores da apresentação ao vivo;
- Os participantes presenciais poderão se manifestar ao vivo durante o momento disponibilizado às manifestações, podendo realizar sua pergunta ou comentário pelo microfone ou por escrito;
- A equipe estará preparada mediar e organizar as manifestações durante a Consulta, buscando oferecer um espaço para contribuições e questões de forma justa, democrática e acessível.

Algumas perguntas serão respondidas durante a própria realização da consulta e as questões remanescentes que não puderem ser respondidas no momento do pleito serão tratadas e respondidas a posteriori, sendo essas publicadas através da página Web do PRGRAMA/CONSULTA, no período de 7 dias, apresentando as perguntas e respostas. Esta estratégia é sugerida para buscar melhor organização das respostas tendo em vista a possibilidade de receber um grande número de questões. A seguir é apresentado um rápido fluxo do mecanismo de questionamento e resposta da Consulta Pública Virtual.

Figura 37 – Fluxograma do circuito de perguntas e respostas durante a Consulta Virtual

Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2026

Resultado Esperado

Como resultado, espera-se consultar a sociedade sobre o PROGRAMA como um todo e os Projetos da Amostra Representativa, e obter informações que possam melhorar tanto os documentos socioambientais AAS/PGAS/MGAS, quanto os projetos das obras, através do aproveitamento do conhecimento dos participantes da Consulta que atuam local ou regionalmente para enriquecer e melhorar os estudos.

Comunicação/Pesquisa Porta-a-Porta – População Vulnerável na ADA do Projeto

A Comunicação/Pesquisa Porta-a-Porta contempla a realização de visitas às residências e atividades econômicas com características de vulnerabilidade e que estejam presentes na ADA do projeto da Amostra Representativa, possibilitando a essa população o acesso à informação e o direito a manifestação e respostas sobre dúvidas e queixas.

Este formato de consulta tem o objetivo de atingir público que provavelmente terá dificuldade de participação na consulta virtual ou de se manifestar em uma consulta mais abrangente que envolvesse diversidade de públicos. Entende-se que este perfil apresenta características particulares que merecem atenção específica no processo de Consulta.

Objetivos específicos

- Apresentar o PROGRAMA e os Projetos da Amostra Representativa;
- Apresentar as justificativas (critérios e motivações) que originam a necessidade de implantação (áreas de riscos, qualidade de vida etc.);

- Informar a duração estimadas das atividades em cronograma simplificado (fase de preparação + fase de implantação + consultas);
- Apresentar a versão preliminar dos documentos com a visão do BID, destacando os possíveis riscos e impactos preliminarmente observados e as propostas previstas para mitigá-los;
- Informar sobre as medidas que serão desenvolvidas com os possíveis afetados pela implantação do projeto e o direito ao planejamento participativo, incluindo menção sobre a garantia dos direitos e modos de vida e geração de renda;
- Informar sobre a necessidade de congelamento do cadastro, para evitar o adensamento da ocupação das áreas que poderão inviabilizar as medidas e/ou a implementação do Projeto;
- Informar sobre o processo de envolvimento das partes interessadas, destacando os canais disponibilizados para participação da comunidade e o mecanismo de queixas e reclamações (MQR) para que possam se manifestar;
- Abrir espaço, oportunidade, para manifestações e registrar essas, inclusive realizando e registrando as respostas dadas na reunião;
- Informar sobre o prazo e canais de respostas para as perguntas que não puderem ser respondidas durante o evento;
- Abrir oportunidade para as pessoas se inscreverem em uma lista para receber informações sobre as consultas relevantes e canais para manifestação;
- Realizar um documento síntese com todas as questões levantadas pelos participantes, as respostas dadas, descrevendo possíveis contribuições na melhoria do desenho do PROGRAMA e dos documentos socioambientais elaborados.

Público-alvo

Esta consulta tem como público-alvo as partes interessadas pelo PROGRAMA e o público diretamente afetado por impactos diretos provenientes das obras de implantação dos Projetos da Amostra Representativa.

A lista de convidados para o pleito de Consulta é apresentada na **Matriz de Partes Interessadas** expressa no **Anexo 11.1**.

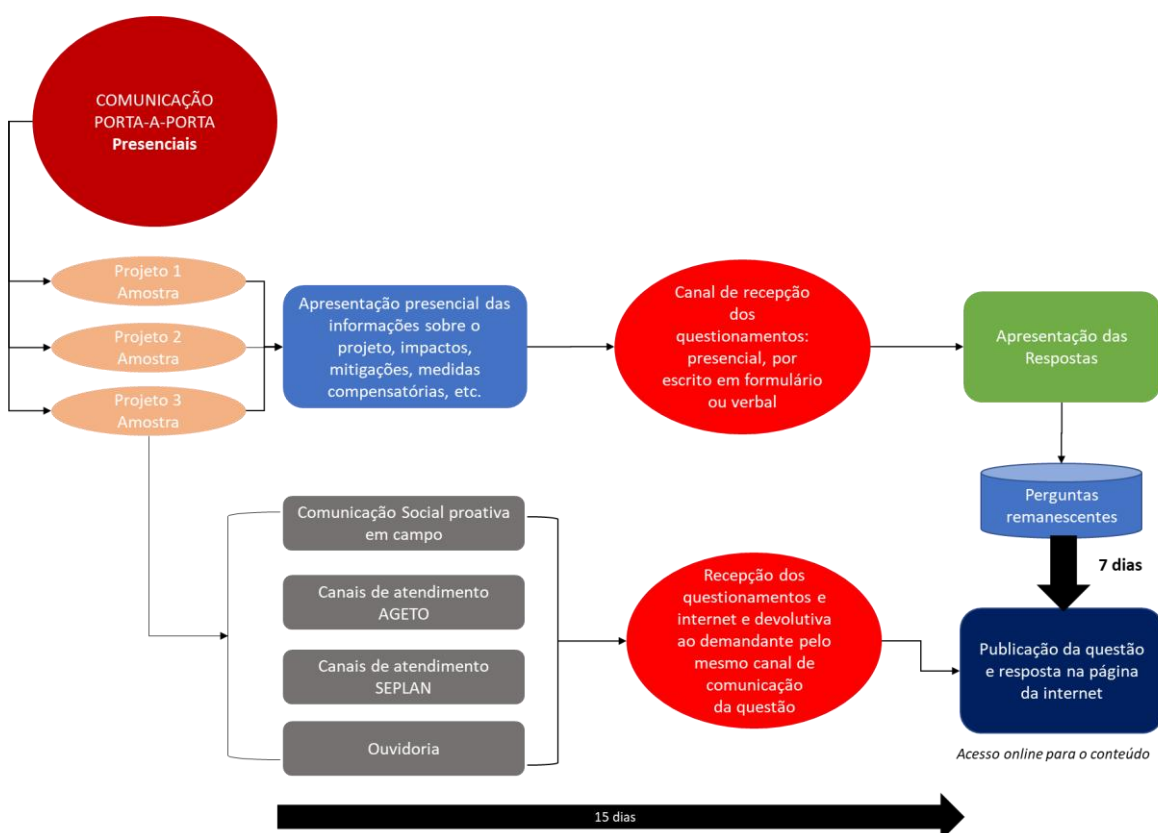
Formato de participação

- A Comunicação/Pesquisa Porta-a-Porta será realizada presencialmente, buscando atingir o público referido diretamente e dando oportunidade a cada um à manifestação e direito de resposta;
- Será apresentado material e conteúdo didático sobre o respectivo Projeto, além de oportunidade para acessar os materiais e documentos amplamente disponibilizados em todo o processo de consulta, oferecendo oportunidade de reflexão e debate sobre o assunto;
- O público-alvo terá a oportunidade de se manifestar de duas formas durante a Consulta, sendo: (i) de modo verbal à equipe de abordagem; ou (ii) através de formulário escrito. Ambos os formatos permitirão a manifestação sem a necessidade de identificação e garantindo o sigilo, caso o consultado deseje;

- As respostas serão dadas no mesmo momento da consulta, mas, também poderão ser fornecidas posteriormente, caso haja a necessidade.

Reforça-se, portanto que algumas perguntas serão respondidas durante a própria realização da consulta e as questões remanescentes que não puderem ser respondidas no momento do pleito serão tratadas e respondidas a posteriori, sendo essas publicadas através da página Web do PROGRAMA/CONSULTA, no período de 7 dias, apresentando as perguntas e respostas. Esta estratégia é sugerida para buscar melhor organização das respostas tendo em vista a possibilidade de receber um grande número de questões. A seguir é apresentado um rápido fluxo do mecanismo de questionamento e resposta da Comunicação Porta-a-Porta.

Figura 37 – Fluxograma do circuito de perguntas e respostas durante a Comunicação Porta-a-Porta



Fonte: Elaborado pela Consultoria, 2026

Resultado Esperado

Como resultado, espera-se consultar a sociedade sobre o PROGRAMA e os Projetos da Amostra Representativa, e obter informações que possam melhorar tanto os documentos socioambientais AAS/PGAS/MGAS, quanto os projetos das obras, através do aproveitamento do conhecimento dos participantes da Consulta que sejam diretamente afetados pelo Projeto para enriquecer e melhorar os estudos.

7.2. Roteiro das Consultas

Parte 1: A Consulta será iniciada com uma breve abertura, contando com informações sobre os objetivos do evento, a programação e orientação sobre a forma de participação que estará disponível durante toda a apresentação por meio do espaço de comentários. Nesse momento, também será realizada a apresentação das entidades promovedoras da Consulta: SEPLAN, AGETO.

Parte 2: Na sequência, será realizada uma apresentação do Programa e dos Projetos da Amostra, de forma sintética e objetiva, em linguagem corrente e acessível ao público geral, com o auxílio de recursos audiovisuais que facilitem o entendimento dos presentes, quando necessário. Um representante habilitado da Agência Executora fará a apresentação institucional. Membros da equipe de planejamento, social, engenharia e meio ambiente do executor completam o grupo de especialistas para esclarecimentos sobre os projetos. Serão abordados os objetivos e justificativas dos projetos, sua descrição e suas alternativas tecnológicas e locacionais.

Parte 3: Socioambiental: Os apresentadores transmitirão uma síntese dos resultados de diagnóstico social e ambiental da área de influência dos Projetos da Amostra; a descrição dos possíveis impactos ambientais da implantação e operação de atividades; a caracterização da qualidade ambiental futura da área de influência; a descrição do efeito esperado das medidas mitigadoras previstas em relação aos impactos negativos, mencionando aqueles que não puderem ser evitados; e o programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos, indicando os responsáveis por sua execução.

Parte 4: Após a apresentação, será aberto espaço para ampliar a possibilidade de manifestação dos participantes presentes, expondo sua percepção do projeto, dúvidas e expectativas.

Parte 5: As respostas serão realizadas no decorrer da Consulta e as que por motivos técnicos ou de tempo não forem contempladas no momento, serão respondidas nos sites oficiais do PROGRAMA ou da Agência Executora (SEPLAN/AGETO). As perguntas serão respondidas, utilizando-se critério baseado na ordem da manifestação, questionamentos ou contribuições semelhantes, e relevância e complexidade ao escopo do pleito.

Parte 7: Por fim, serão apresentados os canais de comunicação para diálogo e resolução de questões, agradecimentos e encerramento do evento ou atividade.

7.3. Registro das Consultas

A organização de todos os registros a serem feitos durante o processo de Consulta Significativa será concentrada na equipe da Agência Executora que receberá dos diversos canais as informações relevantes para estruturação e consolidação do Relatório de Consultas Significativas.

As formas de registros do processo de Consulta Significativa envolverão imagens, cadastros, textos fornecidos através dos canais de manifestação com posterior consolidação em arquivo eletrônico.



O Relatório de Consultas Significativas do PROGRAMA apresentará de forma consolidada os seguintes itens:

- Descrição geral do PROGRAMA;
- Princípios adotados nas consultas;
- Registro da divulgação e chamamento;
- Descrição dos instrumentos de transmissão e realização das consultas;
- Descrição de formas de participação;
- Caracterização do perfil e público participante;
- Contribuições e Manifestações (com respectivas respostas);
- Conclusão e Recomendações;
- Anexos.

Todo o material de registro será consolidado em um Informe (Relatório) de Consulta realizada durante o período de preparação da Operação.

8. ATENÇÃO ÀS QUESTÕES DE GÊNERO E GRUPOS VULNERÁVEIS

Com relação à questão de gênero, buscando promover o processo de consulta às partes interessadas de modo democrático, igualitário e participativo, algumas diretrizes serão assumidas ao longo das ações de mobilização, chamamento e participação, de acordo com as necessidades e dificuldades mapeadas ao longo do processo de avaliação e análise das questões prioritárias que afetam a disponibilidade, acesso e participação de mulheres, LGBTQI+, idosos, etc ao longo do processo de Consulta.

As ações que ajudarão a promover a participação efetiva de tais grupos e serão adotadas para todo o processo de consultas significativas do PROGRAMA, são as seguintes:

- O processo de mobilização contempla e observa o papel de participação dos grupos mais desfavorecidos. A primeira estratégia é envolver tais perfis na fase de preparação, tornando-os protagonistas da sensibilização e participação no processo de consulta.
- Os espaços de coletas de informações, dúvidas e considerações estarão disponíveis durante todo o período de divulgação e disponibilização de informações previsto no processo de Consulta, visando superar qualquer dificuldade de acesso às manifestações e respostas que ainda possam ocorrer.
- A participação efetiva de representações locais voltadas ao gênero em desenvolvimento será instigada através de convites direcionados aos perfis correlatos de partes interessadas e às instituições e organizações sociais de defesa de cada grupo da área de influência do PROGRAMA.
- Os tempos previstos de coleta de sugestões e comentários aos estudos ambientais e sociais e ao projeto de forma geral serão ampliados, permitindo os grupos menos favorecidos e vulneráveis de participarem das consultas.



- Os espaços de coletas de informações, dúvidas e considerações estarão disponíveis à população antes e após o evento, visando superar qualquer dificuldade de acesso às manifestações e respostas que ainda possam ocorrer.

9. RECURSOS ALOCADOS PREVISTOS

A seguir são descritos os recursos a serem alocados para a preparação, chamamento e execução das consultas.

9.1. Difusão, Chamamento e Mobilização Social

As Consultas Significativas serão divulgadas através de diversas formas de comunicação que envolvem o convite pessoal, mídias de massa e mídias digitais, veículos de comunicação e no jornal de ampla circulação, como o Diário Oficial. Neste momento, também será feita a difusão de informações acerca dos projetos envolvidos, os impactos previstos e as medidas para mitigar tais impactos.

O **convite para a Consulta** será realizado através de conteúdos produzidos pela equipe envolvida na preparação, em alinhamento com a assessoria de comunicação do Governo do Estado ou das Secretarias envolvidas, e divulgados nos meios convencionais.

Os **conteúdos acerca do PROGRAMA**, impactos relacionados e mitigações previstas serão disponibilizados no site institucional estruturado para a Consulta e divulgados através de links nas redes sociais *Instagram* e em todas as peças de divulgação elaboradas, além de serem disparados simultaneamente através de ferramentas como o *WhatsApp*.

No **período da divulgação e chamamento**, será disponibilizado um canal de **contribuições online** para manifestação dos interessados, sendo o formulário da página Web (Google Forms, por exemplo) e serão divulgados em todas as comunicações realizadas no processo de consulta.

O **chamamento das partes interessadas** será feito de modo geral através de algumas formas de abordagem, a saber:

- Contato Ativo (via telefone/WhatsApp/E-mail/Presencial para a Comunicação Porta-a-Porta);
- Convite Formal (ofícios e convocações às instituições e organizações);
- Matérias divulgadas na imprensa (Diário Oficial, p.ex.);
- Página Web das instituições envolvidas (SEPLAN, AGETO);
- Redes Sociais (Instagram).

As formas de participação e manifestação no processo de consulta são:

- **As partes poderão participar da consulta:**
 - à distância acessando os canais de transmissão e disseminação da consulta através de computador ou celular, o que inclui a participação virtualmente, através do site com informações e documentação.



- através de manifestação feita nos canais oficiais estabelecidos, através de formulário na página da Internet ou via chat ou pessoalmente durante a realização da reunião de Consulta.
- Pessoalmente ou através de formulário de manifestação nas atividades de Comunicação/Pesquisa Porta-a-Porta.
- **As perguntas/questionamentos serão respondidas através de:**
 - Publicação consolidada dos questionamentos e respostas no site do PROGRAMA/Consulta.
 - Ao vivo durante a realização da Consulta.

10. MECANISMO DE GESTÃO DE QUEIXAS E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA AS CONSULTAS SIGNIFICATIVAS NA FASE DE PREPARAÇÃO DO PROGRAMA

Seguindo os requisitos estabelecidos nas Normas BID, no contexto do PROGRAMA, serão disponibilizados mecanismos de atendimento às dúvidas e queixas da população que possibilitem o estabelecimento de um fluxo de informações entre o agente executor e as partes interessadas, e que permitam abordar e dirimir, de maneira oportuna, as preocupações específicas a respeito dos projetos e subprojetos do PROGRAMA e das medidas de controle e mitigação de impactos.

Esses recursos serão estruturados e implantados de forma a direcionar a comunicação com precisão, o monitoramento da transmissão de mensagens-chave e avaliação da reação das partes interessadas, antecipando obstáculos ou problemas.

Segundo o PDAS 10 do BID, são definidos como princípios orientadores deste mecanismo:

- Solucionar pronta e efetivamente, de maneira transparente, culturalmente apropriada e acessível todas as preocupações de qualquer parte interessada, sem nenhum custo e sem retribuição;
- O funcionamento deste mecanismo não impedirá o acesso a recursos judiciais ou administrativos, ou mesmo aos mecanismos de consulta e manifestação BID;
- Todos os canais de queixas e seus respectivos procedimentos de acesso e retorno das demandas serão pronta e continuamente informados à população;
- Serão disponibilizados publicamente as respostas a todas as queixas recebidas;
- O tratamento das queixas será feito de uma maneira culturalmente apropriada e discreta, objetiva, sensível e responsivo às necessidades e preocupações das partes interessadas no projeto;
- O mecanismo também deve permitir que reclamações anônimas ou confidenciais sejam levantadas e tratadas;
- O Mutuário tratará as alegações de retaliação, abuso, ou discriminação e tomará medidas corretivas apropriadas.

A efetividade do funcionamento deste mecanismo dependerá, em boa medida, da articulação interinstitucional, não apenas para possibilitar respostas às questões resultantes diretamente relacionadas com a implementação do PROGRAMA, mas também aqueles referentes ao funcionamento dos serviços e equipamentos que, frequentemente, são objetos de dúvidas e queixas por parte da população.

Neste sentido, os objetivos gerais do mecanismo de gestão de queixas e reclamações previstos no âmbito do PROGRAMA são:

- subsidiar os processos decisórios referentes à preparação e desenvolvimento do PROGRAMA;
- servir como instrumento para a solução tempestiva de questões, evitando a geração de conflitos sociais;
- servir como mecanismo de responsabilização, permitindo que as pessoas possam buscar reparação quando necessário.
- dar resposta às dúvidas/insatisfações, sugestões e reivindicações dos reclamantes;
- monitorar o grau de satisfação com a implantação do PROGRAMA;
- monitorar o perfil das reclamações, para que sirvam como subsídios a ações estratégicas preventivas para evitar e/ou mitigar os motivos geradores das insatisfações.

Diante desses objetivos, o mecanismo de gestão de queixas e reparações (MQR) será estruturado através dos Canais Institucionais: a partir da apropriação e integração dos canais já existentes no âmbito do PROGRAMA.

Esses canais receberão as queixas, dúvidas, preocupações e reclamações das diversas partes interessadas. Tais canais são ferramentas funcionais para o monitoramento dos desdobramentos, impactos e expectativas nas populações sobre os projetos do PROGRAMA.

Os canais de recepção de manifestações deverão incluir as seguintes etapas do processo de resolução:

- Recepção da queixa:
 - Registro adequado e informação documentada de cada manifestação recebida.
- Avaliação inicial:
 - Determinação da elegibilidade da manifestação;
 - Comunicação imediata com o solicitante.
- Investigação e análises:
 - Revisão dos detalhes da manifestação;
 - Consulta com as partes interessadas envolvidas;
- Resolução:
 - Proposta de medidas corretivas ou ações específicas;
 - Assegurar a continuidade do atendimento até que se encerre o caso.
- Revisão e apelação:



- Possibilidade de apelar decisões se o solicitante não se sentir satisfeito.
- Encerramento:
 - Comunicação formal do encerramento do caso e medidas implementadas.

10.1. Canais de relacionamento, comunicação e atendimento na fase de Consultas Significativas da etapa de preparação do PROGRAMA

Em termos de mecanismos de queixas e divulgação de informações, a estrutura do Mutuário já possui canais de relacionamento, canais de comunicação e canais de atendimento que serão incorporados ao Mecanismo de Gestão de Queixas e Reparações do PROGRAMA.

Os **canais de relacionamento e atendimento** fazem parte do conjunto de instrumentos de comunicação com a população que está disponível na estrutura das Secretarias (SEPLAN, AGETO), ao qual a PROGRAMA faz parte, e compreendem:

- SEPLAN:
 - Serviço de Informação ao Cidadão: através da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Governo Federal (<https://falabr.cgu.gov.br/web/manifestacao/selecionarsubtipoformulario?tipo=8>);
 - Ouvidoria: através da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação do Governo Federal (<https://falabr.cgu.gov.br/web/home?modoOuvidoria=1&ouvidorialInterna=false>);
 - Disque Direitos Humanos: **Disque 100**, canal de denúncias à violação de direitos humanos;
 - Ligue 180: canal para denúncias e combate à violência contra mulheres;
 - Telefones de contato dos setores da Secretaria⁶;
 - E-mail: gbseplan@gmail.com
 - Endereço: Praça dos Girassóis – CEP 77001-908.
- Agência de Transporte, Obras e Infraestrutura - AGETO:
 - Endereço: Rodovia TO - 010, Km 1 Lote 11 Setor Leste, Palmas - TO - Brasil CEP: 77006-210
 - WhatsApp: (63) 99961-7107
 - E-Mail: ouvidoria@ageto.to.gov.br / gabpres@ageto.to.gov.br;

Internet e mídias sociais:

- SEPLAN: <https://www.instagram.com/seplantocantins/>
- Ageto: <https://www.instagram.com/ageto.official/>

⁶ Disponíveis em: <https://www.to.gov.br/seplan/contatos/sb17glbjed1>

Sites SEPLAN e AGETO

O site da SEPLAN (<https://www.to.gov.br/seplan>) e da AGETO (<https://www.to.gov.br/ageto>) contém diversos canais de contato, divulgação de informações, manifestações e denúncias.

Figura 7 – Site ouvidoria da SEPLAN



Fonte: <https://www.to.gov.br/seplan/ouvidoria/116nber28c9k>

Figura 8 – Site ouvidoria da SEPLAN



Fonte: <https://www.to.gov.br/ageto/ouvidoria-da-ageto/26n7cz0c2oi0>



Outros canais de comunicação e reclamação

Canais para reclamações – BID

Também fazem parte do Mecanismo de Queixas e Reparações os canais do próprio BID, que são:

- Protocolo de Reclamações do BID: quejas@iadb.org
- Página eletrônica: <https://www.iadb.org/pt-br/quem-somos/enviar-uma-alegacao/reclamacoes-ambientais-e-sociais>

Mecanismo Independente de Consulta e Investigação (MICI):

O Mecanismo Independente de Consulta e Investigação (MICI) é uma estrutura do Grupo BID, independente da gerência do Banco e das equipes dos projetos, que atende às reclamações ambientais e sociais das comunidades potencialmente afetadas pelas operações do Grupo. Essa independência permite uma atuação imparcial e objetiva buscar soluções com todas as partes envolvidas (as comunidades que alegam afetações; o Grupo BID, como financiador da operação; e o mutuário (empresa ou governo) encarregados da execução do projeto).

Para maiores detalhes, consultar: <https://www.iadb.org/pt/mici/o-que-e-o-mici>

As solicitações podem ser remetidas ao Escritório do MICI em Washington, D.C. ou a qualquer Escritório de Representação do BID (com a menção “à atenção de: Escritório do MICI”), de onde a solicitação será encaminhada ao Escritório do MICI.

O endereço do MICI é:

- Mecanismo Independente de Consulta e Investigação, Banco Interamericano de Desenvolvimento, 1300 New York Avenue, NW, Washington, D.C. 20577, Estados Unidos.
- E-mail: mecanismo@iadb.org

Telefone: 202-623-3952; Fax: 202-312-4057



11. ANEXOS



11.1. ANEXO 1 – Matriz De Partes Interessadas

Id	Nome / Identificação	Tipo de Stakeholder (institucional, representante comunitário, morador da área de intervenção)	Forma preferencial de Convite	Mecanismo de chamamento e divulgação de informações	Formato de Consulta Mais Esperado para Participação
1	Prefeitura Municipal de Palmas/Araguaína/Colinas	Institucional	Ofício	Visita de Campo, Tráfego Pago, Publicação em mídias diversas e sites oficiais.	Assíncrona e Virtual
2	Subprefeitura da região de Taquaruçu e Buritirana	Institucional	Ofício	Visita de Campo, Tráfego Pago, Publicação em mídias diversas e sites oficiais.	Assíncrona e Virtual
3	Câmara Municipal de Palmas/Araguaína/Colinas	Institucional	Ofício	Visita de Campo, Tráfego Pago, Publicação em mídias diversas e sites oficiais.	Assíncrona e Virtual
4	Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS de Palmas/Araguaína/Colinas	Institucional	Ofício	Visita de Campo, Tráfego Pago, Publicação em mídias diversas e sites oficiais.	Assíncrona e Virtual
5	Instituto Natureza do Tocantins - NATURATINS	Institucional	Ofício	Visita de Campo, Tráfego Pago, Publicação em mídias diversas e sites oficiais.	Assíncrona e Virtual
6	Fundação Municipal do Meio Ambiente de Palmas	Institucional	Ofício	Visita de Campo, Tráfego Pago, Publicação em mídias diversas e sites oficiais.	Assíncrona e Virtual
7	Ministério Público do Estado do Tocantins	Institucional	Ofício	Visita de Campo, Tráfego Pago, Publicação em mídias diversas e sites oficiais.	Assíncrona e Virtual
8	Secretaria de Turismo do Estado do Tocantins - SETUR	Institucional	Ofício	Visita de Campo, Tráfego Pago, Publicação em mídias diversas e sites oficiais.	Assíncrona e Virtual
9	Agência Municipal de Turismo de Palmas (Agtur)	Institucional	Ofício	Visita de Campo, Tráfego Pago, Publicação em mídias diversas e sites oficiais.	Assíncrona e Virtual
	Secretaria de Produção, Desenvolvimento e Meio Ambiente de Araguaína	Institucional	Ofício	Visita de Campo, Tráfego Pago, Publicação em mídias diversas e sites oficiais.	Assíncrona e Virtual
10	Procuradoria Geral do Estado do Tocantins	Institucional	Ofício	Visita de Campo, Tráfego Pago, Publicação em mídias diversas e sites oficiais.	Assíncrona e Virtual
11	Conselho Deliberativo da Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra do Lajeado	Institucional	Ofício	Visita de Campo, Tráfego Pago, Publicação em mídias diversas e sites oficiais.	Assíncrona e Virtual
12	Polícia Civil do Estado Tocantins	Institucional	Ofício	Visita de Campo, Tráfego Pago, Publicação em mídias diversas e sites oficiais.	Assíncrona e Virtual
13	Universidade Federal do Tocantins - UFT	Institucional	Ofício	Visita de Campo, Tráfego Pago, Publicação em mídias diversas e sites oficiais.	Assíncrona e Virtual
14	Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS	Institucional	Ofício	Visita de Campo, Tráfego Pago, Publicação em mídias diversas e sites oficiais.	Assíncrona e Virtual
15	Instituto Federal do Tocantins – IFTO	Institucional	Ofício	Visita de Campo, Tráfego Pago, Publicação em mídias diversas e sites oficiais.	Assíncrona e Virtual



Id	Nome / Identificação	Tipo de Stakeholder (institucional, representante comunitário, morador da área de intervenção)	Forma preferencial de Convite	Mecanismo de chamamento e divulgação de informações	Formato de Consulta Mais Esperado para Participação
16	Secretaria de Agricultura e Pecuária de Palmas - SEAGRO	Institucional	Ofício	Visita de Campo, Tráfego Pago, Publicação em mídias diversas e sites oficiais.	Assíncrona e Virtual
17	Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS	Institucional	Ofício	Visita de Campo, Tráfego Pago, Publicação em mídias diversas e sites oficiais.	Assíncrona e Virtual
18	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural de Palmas - SEDER	Institucional	Ofício	Visita de Campo, Tráfego Pago, Publicação em mídias diversas e sites oficiais.	Assíncrona e Virtual
19	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional de Tocantins	Institucional	Ofício	Visita de Campo, Tráfego Pago, Publicação em mídias diversas e sites oficiais.	Assíncrona e Virtual
21	Associação dos Produtores Rurais do Projeto Assentamento Entre Rios	Representante Comunitário	Ofício	Visita de Campo, Tráfego Pago, Publicação em mídias diversas e sites oficiais.	Assíncrona e Virtual
22	Associação dos Moradores do Distrito de Taquaruçu - AMASTUR	Representante Comunitário	Ofício	Visita de Campo, Tráfego Pago, Publicação em mídias diversas e sites oficiais.	Assíncrona e Virtual
23	Escola Municipal De Tempo Integral Professora Sueli Pereira De Almeida Reche	Representante Comunitário	Ofício	Visita de Campo, Tráfego Pago, Publicação em mídias diversas e sites oficiais.	Assíncrona e Virtual
24	ONG Água Doce	Representante Comunitário	Ofício	Visita de Campo, Tráfego Pago, Publicação em mídias diversas e sites oficiais.	Assíncrona e Virtual
25	Colégio Estadual Duque De Caxias	Representante Comunitário	Ofício	Visita de Campo, Tráfego Pago, Publicação em mídias diversas e sites oficiais.	Assíncrona e Virtual
26	Associação Comercial e Industrial de Taquaralto, Auren's e Região Sul (ACIT)	Representante Comunitário	Ofício	Visita de Campo, Tráfego Pago, Publicação em mídias diversas e sites oficiais.	Assíncrona e Virtual
27	Centro de Formação Profissional de Taquaralto	Representante Comunitário	Ofício	Visita de Campo, Tráfego Pago, Publicação em mídias diversas e sites oficiais.	Assíncrona e Virtual
28	Senac Taquaralto	Representante Comunitário	Ofício	Visita de Campo, Tráfego Pago, Publicação em mídias diversas e sites oficiais.	Assíncrona e Virtual
29	Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins - FAET	Representante Comunitário	Ofício	Visita de Campo, Tráfego Pago, Publicação em mídias diversas e sites oficiais.	Assíncrona e Virtual
30	Energisa	Representante Comunitário	Ofício	Visita de Campo, Tráfego Pago, Publicação em mídias diversas e sites oficiais.	Assíncrona e Virtual
31	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU	Institucional	Ofício	Visita de Campo, Tráfego Pago, Publicação em mídias diversas e sites oficiais.	Assíncrona e Virtual



Id	Nome / Identificação	Tipo de Stakeholder (institucional, representante comunitário, morador da área de intervenção)	Forma preferencial de Convite	Mecanismo de chamamento e divulgação de informações	Formato de Consulta Mais Esperado para Participação
32	Secretaria de Estado de Saúde de Tocantins - SAUDET	Institucional	Ofício	Visita de Campo, Tráfego Pago, Publicação em mídias diversas e sites oficiais.	Assíncrona e Virtual
33	Corpo de Bombeiros Militar	Institucional	Ofício	Visita de Campo, Tráfego Pago, Publicação em mídias diversas e sites oficiais.	Assíncrona e Virtual
34	SEST SENAT Palmas/Araguaína	Institucional	Ofício	Visita de Campo, Tráfego Pago, Publicação em mídias diversas e sites oficiais.	Assíncrona e Virtual
35	Organização das Cooperativas do Estado do Tocantins - OCB/TO.	Representante Comunitário	Ofício	Visita de Campo, Tráfego Pago, Publicação em mídias diversas e sites oficiais.	Assíncrona e Virtual
36	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins - FETAET	Representante Comunitário	Ofício	Visita de Campo, Tráfego Pago, Publicação em mídias diversas e sites oficiais.	Assíncrona e Virtual
37	Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL Palmas/Araguaína/Colinas	Representante Comunitário	Ofício	Visita de Campo, Tráfego Pago, Publicação em mídias diversas e sites oficiais.	Assíncrona e Virtual
38	Sindicato das Empresas de Transporte de Carga do Estado do Tocantins - SINDICARGA-TO	Representante Comunitário	Ofício	Visita de Campo, Tráfego Pago, Publicação em mídias diversas e sites oficiais.	Assíncrona e Virtual
39	Sindicato dos Motoristas e Trabalhadores em Transportes Rodoviários e Operadores de Máquinas do Estado do Tocantins - SIMTROMET	Representante Comunitário	Ofício	Visita de Campo, Tráfego Pago, Publicação em mídias diversas e sites oficiais.	Assíncrona e Virtual
40	Associação dos Produtores de Soja e Milhos do Estado do Tocantins - APROSOJA	Representante Comunitário	Ofício	Visita de Campo, Tráfego Pago, Publicação em mídias diversas e sites oficiais.	Assíncrona e Virtual
41	Secretaria de Produção, Desenvolvimento e Meio Ambiente Colinas	Institucional	Ofício	Visita de Campo, Tráfego Pago, Publicação em mídias diversas e sites oficiais.	Assíncrona e Virtual
42	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Meio Ambiente e Turismo de Araguaína (SEDEMAT)	Institucional	Ofício	Visita de Campo, Tráfego Pago, Publicação em mídias diversas e sites oficiais.	Assíncrona e Virtual
43	Agência Municipal de Segurança, Transporte e Trânsito (ASTT) - Araguaína	Institucional	Ofício	Visita de Campo, Tráfego Pago, Publicação em mídias diversas e sites oficiais.	Assíncrona e Virtual
44	Fundação de Atividade Municipal Comunitária (FUNAMC)	Institucional	Ofício	Visita de Campo, Tráfego Pago, Publicação em mídias diversas e sites oficiais.	Assíncrona e Virtual



Id	Nome / Identificação	Tipo de Stakeholder (institucional, representante comunitário, morador da área de intervenção)	Forma preferencial de Convite	Mecanismo de chamamento e divulgação de informações	Formato de Consulta Mais Esperado para Participação
45	Faculdade de Ciências do Tocantins - FACIT	Representante Comunitário	Ofício	Visita de Campo, Tráfego Pago, Publicação em mídias diversas e sites oficiais.	Assíncrona e Virtual
46	Sindicato das Indústrias Frigoríficas de Carnes Bovinas, Suínas, Aves, Peixes e Derivados do Estado do Tocantins - SINDICARNES	Representante Comunitário	Ofício	Visita de Campo, Tráfego Pago, Publicação em mídias diversas e sites oficiais.	Assíncrona e Virtual
47	Frigorífico Minerva Araguaina	Representante Comunitário	Ofício	Visita de Campo, Tráfego Pago, Publicação em mídias diversas e sites oficiais.	Assíncrona e Virtual
48	LKJ Frigorífico	Representante Comunitário	Ofício	Visita de Campo, Tráfego Pago, Publicação em mídias diversas e sites oficiais.	Assíncrona e Virtual
49	Frigorífico Jbs Araguaina	Representante Comunitário	Ofício	Visita de Campo, Tráfego Pago, Publicação em mídias diversas e sites oficiais.	Assíncrona e Virtual
50	Palácio do Boi Leilões	Representante Comunitário	Ofício	Visita de Campo, Tráfego Pago, Publicação em mídias diversas e sites oficiais.	Assíncrona e Virtual
51	Secretaria da Infraestrutura e Obras de Colinas do Tocantins	Institucional	Ofício	Visita de Campo, Tráfego Pago, Publicação em mídias diversas e sites oficiais.	Assíncrona e Virtual
52	Proprietário de Comércio Ambulantes na Área de Afetação da Faixa de Domínio	Morador / Proprietário	Convite Presencial	Visita de Campo, Tráfego Pago, Publicação em mídias diversas e sites oficiais.	Porta-a-porta
53	Proprietários de Terra Lindeiros à Rodovia	Morador / Proprietário	Convite Presencial	Visita de Campo, Tráfego Pago, Publicação em mídias diversas e sites oficiais.	Porta-a-porta
54	Estabelecimentos comerciais/industriais lindeiro à Área de Afetação	Morador / Proprietário	Convite Presencial	Visita de Campo, Tráfego Pago, Publicação em mídias diversas e sites oficiais.	Porta-a-porta

